

**No. 39974**

---

**Brazil  
and  
Chile**

**Convention between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Chile for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income (with protocol). Santiago, 3 April 2001**

**Entry into force:** *24 July 2003 by notification, in accordance with article 27*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 17 February 2004*

---

**Brésil  
et  
Chili**

**Convention entre la République fédérative du Brésil et la République du Chili tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu (avec protocole). Santiago, 3 avril 2001**

**Eutrée en viguenr :** *24 juillet 2003 par notification, conformément à l'article 27*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 17 février 2004*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM RELAÇÃO AO IMPOSTO SOBRE A RENDA

Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Chile,

Desejando concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda,

Acordaram o seguinte:

**CAPÍTULO I**  
Âmbito de Aplicação da Convenção

**ARTIGO 1**  
Âmbito Pessoal

A Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

**ARTIGO 2**  
Impostos Abrangidos

1. A Convenção se aplica aos impostos sobre a renda exigíveis por cada um dos Estados Contratantes.
2. Consideram-se impostos sobre a renda os que gravam a totalidade da renda ou qualquer parte da mesma.
3. Os impostos aos quais se aplica esta Convenção são:
  - a) na República Federativa do Brasil, o imposto federal sobre a renda (doravante denominado “imposto brasileiro”); e
  - b) na República do Chile, os impostos estabelecidos na Lei sobre Imposto de Renda, Decreto-Lei 824, (doravante denominado “imposto chileno”).

4. A Convenção aplicar-se-á igualmente aos impostos de natureza idêntica ou substancialmente análoga que forem estabelecidos após a data da assinatura da mesma, seja em adição aos mencionados no parágrafo anterior, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicar-se-ão anualmente as modificações significativas ocorridas em suas respectivas legislações tributárias.

## CAPÍTULO II

### Definições

#### ARTIGO 3

#### Definições Gerais

1. Para os fins da Convenção, a não ser que de seu contexto se infira uma interpretação diferente:
- a) o termo “Brasil” significa a República Federativa do Brasil;
  - b) o termo “Chile” significa a República do Chile;
  - c) as expressões “um Estado Contratante” e “o outro Estado Contratante” significam, de acordo com o contexto, “Brasil” ou “Chile”;
  - d) o termo “pessoa” compreende as pessoas físicas ou naturais, as sociedades e qualquer outro grupo de pessoas;
  - e) o termo “sociedade” significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;
  - f) as expressões “empresa de um Estado Contratante” e “empresa do outro Estado Contratante” significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
  - g) a expressão “tráfego internacional” significa todo transporte efetuado por um navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre explorado por uma empresa de um Estado Contratante, exceto quando tal transporte se realize exclusivamente entre dois pontos situados no outro Estado Contratante;
  - h) o termo “nacional” significa:
    - i) toda pessoa física ou natural que possua a nacionalidade de um Estado Contratante; ou
    - ii) toda pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente de um Estado Contratante;

i) a expressão “autoridade competente” significa:

i) no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

ii) no caso da República do Chile, o Ministro da Fazenda ou seu representante autorizado.

2. Para a aplicação da Convenção em um dado momento por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que de seu contexto se infira uma interpretação diferente, o significado que nesse momento lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objeto da Convenção, prevalecendo o significado atribuído pela legislação tributária aplicável nesse Estado sobre o significado atribuído por outras leis desse Estado.

#### ARTIGO 4

##### Residente

1. Para os fins da Convenção, a expressão “residente de um Estado Contratante” significa toda pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a tributação no mesmo em razão de seu domicílio, residência, sede de direção, lugar de constituição ou qualquer outro critério de natureza análoga, e também se aplica a esse Estado ou a qualquer de suas subdivisões políticas.

2. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa física ou natural for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

a) essa pessoa será considerada residente somente do Estado Contratante em que disponha de uma habitação permanente; se ela dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente somente do Estado com o qual mantenha relações pessoais e econômicas mais estreitas (centro de interesses vitais);

b) se o Estado em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente somente do Estado em que viva habitualmente;

c) se essa pessoa viver habitualmente em ambos os Estados ou se não viver habitualmente em nenhum deles, será considerada residente somente do Estado de que for nacional; e

d) se essa pessoa for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física ou natural, for residente de ambos os Estados Contratantes, as autoridades competentes

dos Estados Contratantes farão o possível para resolver o caso. Na ausência de um acordo mútuo, dita pessoa não terá direito a nenhum dos benefícios ou isenções tributárias contemplados por esta Convenção.

#### **ARTIGO 5** Estabelecimento Permanente

1. Para os fins da Convenção, a expressão “estabelecimento permanente” significa uma instalação fixa de negócios por meio da qual uma empresa realiza toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão “estabelecimento permanente” compreende especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma filial;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local em relação à exploração, extração ou exploração de recursos naturais;

3. A expressão “estabelecimento permanente” também inclui um canteiro de obra, construção, instalação ou montagem cuja duração exceda seis meses, incorporando somente para fins do cômputo do tempo as atividades de supervisão relacionadas com ditas atividades.

Para fins do cálculo dos limites temporais a que se refere o presente parágrafo, as atividades exercidas por uma empresa associada a outra empresa no sentido do Artigo 9 serão agregadas ao período durante o qual são exercidas as atividades pela empresa da qual é associada, se as atividades de ambas as empresas são idênticas ou substancialmente similares.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos precedentes deste Artigo, considera-se que a expressão “estabelecimento permanente” não inclui:

- a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) a manutenção de um depósito de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para o fim de sua armazenagem, exposição ou entrega;
- c) a manutenção de um depósito de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para o fim de sua transformação por outra empresa;

d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para o fim de comprar bens ou mercadorias ou obter informações para a empresa;

e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para o fim de fazer publicidade, fornecer informação ou realizar investigações científicas ou outras atividades similares que tenham caráter preparatório ou auxiliar para a empresa.

5. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - distinta de um agente independente ao qual seja aplicável o parágrafo 6 - atue por conta de uma empresa e tenha e exerça habitualmente num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, considerar-se-á que tal empresa dispõe de um estabelecimento permanente nesse Estado relativamente a qualquer atividade que essa pessoa desenvolva para a empresa, a menos que tais atividades se limitem às mencionadas no parágrafo 4, as quais, se exercidas por meio de uma instalação fixa de negócio, não permitiriam considerar-se essa instalação fixa como um estabelecimento permanente nos termos do referido parágrafo.

6. Não se considera que uma empresa de um Estado Contratante tem um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de aí exercer suas atividades por meio de um corretor, um comissário geral ou qualquer outro agente independente, sempre que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades e que em suas relações comerciais ou financeiras com ditas empresas não se acordem ou imponham condições aceitas ou impostas que sejam distintas das geralmente acordadas por agentes independentes.

7. O fato de que uma sociedade residente de um Estado Contratante controle ou seja controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou desenvolva atividades empresariais nesse outro Estado (seja por meio de um estabelecimento permanente ou de outro modo), não converte, por si só, qualquer dessas sociedades em estabelecimento permanente da outra.

### CAPÍTULO III Tributação dos Rendimentos

#### ARTIGO 6 Rendimentos Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imóveis (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Para os fins da Convenção, a expressão “bens imóveis” terá o significado que lhe atribua a legislação do Estado Contratante em que os bens estiverem situados. A expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios aos bens imóveis da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imóveis, e os direitos a receber pagamentos variáveis ou fixos em contraprestação pela exploração, ou concessão da exploração, de

jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, embarcações, aeronaves e veículos de transporte terrestre não serão considerados bens imóveis.

3. As disposições do parágrafo 1 aplicam-se aos rendimentos provenientes da utilização direta, arrendamento ou parceria, assim como de qualquer outra forma de exploração dos bens imóveis.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imóveis de uma empresa e dos bens imóveis utilizados para a prestação de serviços pessoais independentes.

#### ARTIGO 7

##### Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante somente podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça ou tenha exercido sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exerce ou tiver exercido sua atividade na forma indicada, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas somente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que o mesmo teria podido obter se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa da qual é um estabelecimento permanente.

3. Para a determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitida a dedução das despesas necessárias e efetivamente realizadas para a consecução dos fins desse estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo mero fato de que este compre bens ou mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos desta Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

#### ARTIGO 8

##### Transporte Terrestre, Marítimo e Aéreo

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante provenientes da exploração de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre no tráfego internacional somente podem ser tributados nesse Estado.

2. Para os fins deste Artigo:
- a) o termo “lucros” compreende as receitas brutas provenientes diretamente da exploração de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre no tráfego internacional;
  - b) a expressão “exploração de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre” por uma empresa compreende também:
    - i) o afretamento ou arrendamento de aeronaves, veículos de transporte terrestre ou navios sem tripulação; e
    - ii) o arrendamento de “containers” e o equipamento relacionado,  
  
sempre que dito frete ou arrendamento seja acessório à exploração, por essa empresa, de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre no tráfego internacional.
3. As disposições do parágrafo 1 se aplicam também aos lucros provenientes da participação em um “pool”, em uma exploração em comum ou em um organismo internacional de exploração.

#### ARTIGO 9

##### Empresas Associadas

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou
- b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,  
  
e, em um e outro caso, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem unidas por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam acordadas por empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram em virtude de tais condições, poderão ser incluídos nos lucros dessa empresa e, conseqüentemente, tributados.

#### ARTIGO 10

##### Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.



2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que resida a sociedade que os pague e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de:

- a) 10 por cento do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo for uma sociedade que controle, direta ou indiretamente, pelo menos 25 por cento das ações com direito a voto da sociedade que pague tais dividendos;
- b) 15 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os demais casos.

Este parágrafo não afeta a tributação da sociedade em relação aos lucros que dão origem ao pagamento dos dividendos.

3. O termo “dividendos” no sentido deste Artigo compreende os rendimentos provenientes de ações ou outros direitos, com exceção dos direitos de crédito, que permitam participar dos lucros, assim como os rendimentos de outros direitos de participação sujeitos ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação do Estado Contratante do qual a sociedade que os distribui seja residente.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo não são aplicáveis se o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exerce, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, uma atividade empresarial por meio de um estabelecimento permanente aí situado ou presta nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa aí situada e a participação geradora dos dividendos está vinculada efetivamente a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Nesta hipótese, são aplicáveis as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14, conforme o caso.

5. Quando um residente de um Estado Contratante mantiver um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto distinto do imposto que afeta os lucros do estabelecimento permanente nesse outro Estado Contratante e segundo a legislação desse Estado. Todavia, esse imposto distinto do imposto sobre os lucros não poderá exceder o limite estabelecido no subparágrafo a) do parágrafo 2 do presente Artigo.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos pagos estiver vinculada efetivamente a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa situados nesse outro Estado, nem submeter os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os mesmos, ainda que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

## ARTIGO 11

### Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de 15 por cento do montante bruto dos juros.

3. O termo “juros” no sentido do presente Artigo compreende os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantias hipotecárias, e, em particular, os rendimentos da dívida pública, de títulos ou obrigações, assim como qualquer outro rendimento que a legislação tributária do Estado de onde provenham os juros assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo não são aplicáveis se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exerce, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, uma atividade empresarial por meio de um estabelecimento permanente aí situado ou presta serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa aí situada e o erédito que originar os juros está vinculado efetivamente a esse estabelecimento permanente. Nesta hipótese, são aplicáveis as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14, conforme o caso.

5. A limitação estabelecida no parágrafo 2 deste Artigo não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

6. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma base fixa em relação com o qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos juros e caiba em esse estabelecimento permanente ou base fixa o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a base fixa estiver situado.

7. Quando, em razão de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos juros, ou das que um e outro mantenham com terceiros, o montante dos juros pagos, considerando-se o crédito pelo qual são devidos, exceder o que teriam acordado o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos poderá ser tributada de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as demais disposições da presente Convenção.

8. As disposições do presente Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa vinculada com a criação ou a atribuição do crédito em relação ao qual os juros são pagos for o de obter vantagens deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

## ARTIGO 12

### Royalties

1. Os “royalties” provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.
2. Todavia, esses “royalties” podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos “royalties” for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de 15 por cento do montante bruto dos “royalties”.
3. O termo “royalties” empregado neste Artigo compreende as importâncias de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de direitos de autor sobre obras literárias, artísticas ou científicas (inclusive os filmes cinematográficos e os filmes, fitas e outros meios de reprodução de imagem e de som, de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), de patentes, marcas de indústria ou comércio, desenhos ou modelos, planos, fórmulas ou procedimentos secretos ou outra propriedade intangível, assim como pelo uso ou concessão do uso de equipamentos industriais, comerciais ou científicos e por informações relativas a experiências industriais, comerciais ou científicas.
4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos “royalties”, residente de um Estado Contratante, exerce, no outro Estado Contratante de que provêm os “royalties”, uma atividade empresarial por meio de um estabelecimento permanente aí situado ou presta serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa aí situada e o bem ou o direito em relação aos quais os “royalties” são pagos estão vinculados efetivamente a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Nesta hipótese, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14, conforme o caso.
5. Os “royalties” são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos “royalties”, residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma base fixa em relação com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os “royalties”, e caiba a esse estabelecimento permanente ou base fixa o pagamento desses “royalties”, tais “royalties” serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou base fixa estiver situado.
6. Quando, em razão de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos royalties, ou das que um e outro mantenham com terceiros, o montante dos “royalties” pagos, tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos poderá ser tributada de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as demais disposições da presente Convenção.
7. As disposições do presente Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa relacionada com a criação ou a atribuição de direitos em relação aos quais os “royalties” são pagos for o de obter vantagens deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

**ARTIGO 13**  
**Ganhos de Capital**

1. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de bens imóveis situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.
2. Os ganhos provenientes da alienação de bens móveis que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possua no outro Estado Contratante, ou de bens móveis pertencentes a uma base fixa que um residente de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante para a prestação de serviços pessoais independentes, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa de que forme parte) ou dessa base fixa podem ser tributados nesse outro Estado.
3. Todavia, os ganhos provenientes da alienação de veículos de transporte terrestre, navios ou aeronaves explorados no tráfego internacional ou de bens móveis afetos à exploração de tais veículos de transporte terrestre, navios ou aeronaves, somente podem ser tributados no Estado Contratante que seja competente para tributar os lueros da empresa conforme o Artigo 8.
4. Os ganhos provenientes da alienação de qualquer outro bem distinto dos mencionados nos parágrafos anteriores podem ser tributados em ambos os Estados Contratantes.

**ARTIGO 14**  
**Serviços Profissionais Independentes**

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades de caráter independente somente podem ser tributados nesse Estado, a não ser que:
  - a) as remunerações por tais serviços ou atividades sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa situados nesse outro Estado; ou
  - b) referida pessoa, seus empregados ou outras pessoas designadas per ela permaneçam ou as atividades prossigam no outro Estado Contratante per um período o períodos que, no total, somem ou excedam 183 dias, dentro de um período qualquer de doze meses; neste caso, somente pode ser tributada nesse outro Estado a parte da renda obtida das atividades desempenhadas per essa pessoa nesse outro Estado; ou
  - c) tais serviços ou atividades sejam prestados no outro Estado Contratante e o beneficiário disponha, de maneira habitual, nesse outro Estado de uma base fixa para o exercício de suas atividades, mas somente na medida em que tais rendimentos sejam atribuíveis a essa base fixa.

2. A expressão “serviços profissionais independentes” compreende, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, assim como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

#### ARTIGO 15

##### Serviços Profissionais Dependentes

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18 e 19, os ordenados, salários e outras remunerações obtidos por um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego somente podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego exercido no outro Estado Contratante somente podem ser tributadas no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer nesse outro Estado durante um período ou períodos cuja duração não exceda, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses que comece ou termine no ano fiscal considerado; e
- b) as remunerações forem pagas por, ou em nome de, um empregador que não seja residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou base fixa que o empregador tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego exercido a bordo de um veículo de transporte terrestre, navio ou aeronave explorados no tráfego internacional somente poderão ser tributadas nesse Estado Contratante.

#### ARTIGO 16

##### Remunerações de Conselheiros ou Diretores

As participações, remunerações, diárias e outras retribuições similares que um residente de um Estado Contratante obtenha como membro da diretoria ou de qualquer outro conselho de administração ou fiscal de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

#### ARTIGO 17

##### Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de suas atividades pessoais exercidas no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, ou na qualidade de desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, quando os rendimentos provenientes de atividades pessoais exercidas por um profissional de espetáculos ou um desportista, nessa qualidade, sejam atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos podem ser tributados no Estado Contratante em que sejam exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista.

#### ARTIGO 18

##### Pensões

1. As pensões e outras remunerações similares provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro estado Contratante somente podem ser tributadas no Estado de onde provenham.

No presente parágrafo a expressão “pensões e outras remunerações similares” significa pagamentos periódicos efetuados após a aposentadoria em razão de um emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de um emprego anterior e os pagamentos efetuados por ou originados de um fundo de pensões que integre o sistema de seguridade social de um Estado Contratante

2. Os alimentos e outros pagamentos de manutenção efetuados a um residente de um Estado Contratante somente serão tributáveis nesse Estado se forem dedutíveis para quem os paga. No caso em que não forem dedutíveis, serão tributáveis somente no Estado de residência de quem os paga.

#### ARTIGO 19

##### Funções Públicas

1. a) Os soldos, salários e outras remunerações, excluídas as pensões, pagas por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais a uma pessoa física ou natural, por serviços prestados a esse Estado ou subdivisão política ou autoridade, somente podem ser tributadas nesse Estado.

b) Todavia, tais soldos, salários e outras remunerações somente podem ser tributadas no outro Estado Contratante se os serviços são prestados nesse Estado e a pessoa física ou natural é um residente desse Estado que:

i) seja nacional desse Estado; ou

ii) não tenha adquirido a condição de residente desse Estado somente para prestar os serviços.

2. As disposições dos Artigos 15, 16, 17 e 18 se aplicam às remunerações e às pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade comercial ou industrial realizada por um Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais.

#### ARTIGO 20

##### Estudantes e Aprendizes

1. Os pagamentos que um estudante ou aprendiz que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permanece no primeiro Estado Contratante com o único fim de estudar ou praticar, receba para sua manutenção, educação ou treinamento não podem ser tributados nesse Estado, sempre que provenham de fontes situadas fora desse Estado.
2. Em relação a subvenções, bolsas de estudo e remunerações de empregos não compreendidas no parágrafo 1, o estudante ou aprendiz de que trata o referido o parágrafo 1, durante o período desses estudos ou dessa formação, terá, ademais, o direito de beneficiar-se das mesmas isenções, abatimentos ou deduções, em relação aos impostos, concedidas aos residentes do Estado que estiver visitando.

#### ARTIGO 21

##### Outros Rendimentos

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante não mencionados nos Artigos anteriores da presente Convenção e provenientes do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado Contratante.

### CAPÍTULO IV

#### Métodos para Eliminar a Dupla Tributação

#### ARTIGO 22

##### Método de Crédito

1. No caso do Chile, a dupla tributação será evitada da maneira seguinte:  
  
Quando um residente do Chile obtiver rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis no Brasil, poderá creditar contra os impostos chilenos correspondentes a esses rendimentos os impostos pagos no Brasil, de acordo com as disposições aplicáveis da legislação chilena. Este parágrafo será aplicado a todos os rendimentos a que se refere a Convenção.
2. No caso do Brasil, a dupla tributação será evitada da maneira seguinte:  
  
Quando um residente do Brasil obtiver rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis no Chile, o Brasil admitirá a dedução, do imposto sobre os rendimentos desse residente, de um montante igual ao imposto sobre os

rendimentos pago no Chile, de acordo com as disposições aplicáveis da legislação brasileira.

Todavia, tal dedução não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis no Chile.

3. Quando em conformidade com qualquer disposição da Convenção os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante estiverem isentos de tributação nesse Estado, tal Estado poderá, todavia, considerar os rendimentos isentos para fins de determinação do montante do imposto sobre o restante dos rendimentos de tal residente.

## CAPÍTULO V Disposições Especiais

### ARTIGO 23 Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não estarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação a ela correspondente que não se exija ou que seja mais gravosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem nas mesmas condições.

2. Os estabelecimentos permanentes que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não estarão sujeitos a tributação nesse Estado de modo menos favorável do que as empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades.

3. Este Artigo não pode ser interpretado no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções tributárias que, para fins fiscais, conceda aos seus próprios residentes em função de seu estado civil ou encargos familiares.

4. A menos que sejam aplicáveis as disposições do Artigo 9, do parágrafo 7 do Artigo 11 ou do parágrafo 6 do Artigo 12, os juros, “royalties” e demais gastos pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são dedutíveis, para determinar os lucros dessa empresa sujeitos a tributação, nas mesmas condições que se tivessem sido pagos a um residente do estado mencionado em primeiro lugar.

5. As sociedades de um Estado Contratante cujo capital seja, total ou parcialmente, detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não estarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas que não se exija ou que seja mais gravosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas outras sociedades similares do primeiro Estado cujo capital seja, total ou parcialmente, detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes de um terceiro Estado.

6. No presente Artigo, o termo “tributação” se refere aos impostos objeto da presente Convenção.



ARTIGO 24

Procedimento Amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas adotadas por um ou por ambos os Estados Contratantes implicam, ou podem implicar, em relação a si, uma tributação em desacordo com as disposições da presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que seja residente ou, se o parágrafo 1 do Artigo 23 for aplicável, à do Estado Contratante de que seja nacional.
2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, esforçar-se-á para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a Convenção.
3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, mediante um acordo amigável, para resolver as dificuldades ou dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou aplicação da Convenção.
4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

ARTIGO 25

Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção ou as do direito interno dos Estados Contratantes relativo aos impostos abrangidos pela Convenção, na medida em que a tributação nele previsto não seja contrária à Convenção. A troca de informações não estará limitada pelo Artigo 1. As informações recebidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas da mesma maneira que as informações obtidas com base no direito interno desse Estado e somente poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluídos os tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção, das ações declaratórias ou executivas relativas a esses impostos, ou da apreciação dos recursos a elas correspondentes. Referidas pessoas ou autoridades somente utilizarão estas informações para os fins mencionados neste parágrafo.
2. As disposições do parágrafo 1 não poderão, em nenhum caso, ser interpretadas no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:
  - a) adotar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou prática administrativa, ou às do outro Estado Contratante;
  - b) fornecer informações que não poderiam ser obtidas com base na sua própria legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;

- c) fornecer informações reveladoras de segredos comerciais, industriais, ou profissionais, procedimentos comerciais ou industriais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 2 do presente Artigo, a autoridade competente do Estado Contratante solicitado poderá, observadas as limitações constitucionais e legais, e com base na reciprocidade de tratamento, obter e fornecer informações que possuam as instituições financeiras, procuradores ou pessoas que atuam como representantes, agentes ou fiduciários, da mesma forma que em relação a participações sociais ou a participações acionárias, inclusive sobre ações ao portador.

4. Quando a informação for solicitada por um Estado Contratante em conformidade com o presente Artigo, o outro Estado Contratante obterá a informação solicitada da mesma forma como se se tratasse de sua própria tributação, sem importar o fato de que esse outro Estado, nesse momento, não necessite de tal informação.

#### ARTIGO 26

##### Membros de Missões Diplomáticas e de Postos Consulares

As disposições da presente Convenção não prejudicarão os privilégios fiscais de que se beneficiem os membros das missões diplomáticas ou dos postos consulares de acordo com os princípios gerais do Direito Internacional ou em virtude das disposições de acordos especiais.

#### ARTIGO 27

##### Entrada em Vigor

1. Cada Estado Contratante notificará por escrito ao outro, pelos canais diplomáticos, o cumprimento dos procedimentos exigidos por seu ordenamento jurídico para a entrada em vigor da presente Convenção. Esta Convenção entrará em vigor na data de recebimento da última notificação.

2. As disposições da Convenção aplicar-se-ão:

a) no Chile:

em relação aos impostos sobre os rendimentos obtidos e as importâncias pagas, ereditadas, colocadas à disposição ou contabilizadas como gasto, a partir do primeiro dia do mês de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entre em vigor; e

b) no Brasil:

i) no tocante aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entre em vigor;

- ii) no tocante aos demais impostos abrangidos pela Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entre em vigor.

3. A Convenção para Evitar a Dupla Tributação da Renda correspondente ao Transporte Marítimo e Aéreo, concluída em Santiago, por troca de notas, em 17 e 18 de junho de 1976, entre Brasil e Chile deixará de produzir efeitos a partir da data na qual a presente Convenção entrar em vigor em relação aos impostos aos quais se aplica, de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo.

#### ARTIGO 28

##### Denúncia

1. Qualquer dos Estados Contratantes poderá, mediante forma escrita, o mais tardar no trigésimo dia de junho de cada ano calendário seguinte ao período de três anos a contar da data de entrada em vigor da Convenção, notificar ao outro a denúncia da mesma, pela via diplomática.

2. Neste caso, as disposições da Convenção deixarão de produzir efeito:

a) no Chile:

em relação aos impostos sobre os rendimentos obtidos e as importâncias pagas, herdadas, colocadas à disposição ou contabilizadas como gasto, a partir do primeiro dia do mês de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte;

b) no Brasil:

i) no tocante aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a denúncia tenha ocorrido;

ii) no tocante aos demais impostos de que trata a presente Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a denúncia tenha ocorrido.

Em testemunho do que, os signatários, para isso devidamente autorizados, assinam a presente Convenção.

Feito em Santiago em 03 de abril de 2001, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

---

Pelo Governo da República Federativa do Brasil  
EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL  
Secretário da Receita Federal

---

Pelo Governo da República do Chile  
NICOLÁS EYZAGUIRRE GUZMÁN  
Ministro da Fazenda

PROTOCOLO DA CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
E A REPÚBLICA DO CHILE PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR  
A EVASÃO FISCAL EM RELAÇÃO AO IMPOSTO SOBRE A RENDA

No momento da assinatura da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda, os signatários, para isso devidamente autorizados, convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante desta Convenção.

1. Com referência ao Artigo 1

- a) Qualquer questão que surja em relação à interpretação ou aplicação desta Convenção e, em particular, se uma medida tributária está compreendida no âmbito desta Convenção, será resolvida exclusivamente de acordo com as disposições do Artigo 24 desta Convenção, e
- b) As disposições do Artigo II e do Artigo XVII do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços não se aplicarão a uma medida tributária a menos que as autoridades competentes acordem que essa medida não está compreendida no âmbito do Artigo 23 desta Convenção.

2. Com referência ao Artigo 7

Fica entendido que as disposições do parágrafo 3 do Artigo 7 serão aplicáveis tanto se os gastos se efetuarem no Estado em que se encontre o estabelecimento permanente como em outra parte.

3. Com referência ao Artigo 10, parágrafos 2 e 5

No caso do Chile:

- a) O disposto nos parágrafos 2 e 5 do Artigo 10 desta Convenção não limitará a aplicação do Imposto Adicional sempre que:
  - i) o Imposto de Primeira Categoria seja completamente creditável contra o Imposto Adicional a pagar, e
  - ii) a alíquota do Imposto Adicional não exceda de 42 por cento.

Além disso, quando uma das condições das letras (i) ou (ii) deixe de ser cumprida, o disposto nos parágrafos 2 e 5 do Artigo 10 não limitará a tributação em nenhum dos Estados Contratantes. Neste caso os Estados Contratantes consultar-se-ão a respeito de modificar a presente Convenção com a finalidade de restabelecer o equilíbrio dos benefícios da mesma.

- b) Da mesma forma, o disposto nos parágrafos 2 e 5 do Artigo 10 desta Convenção não limitará a aplicação do Imposto Adicional no caso de retiradas ou remessas de lucros

ou dividendos pagos por uma empresa quando o investimento esteja sujeito a um contrato de investimento estrangeiro acolhido pelo Estatuto do Investimento Estrangeiro (Decreto-Lei 600) sempre que a carga tributária efetiva total sobre a renda não exceda de 42 por cento.

4. Com referência ao Artigo 11, parágrafo 4

As importâncias pagas a título de "remuneração sobre o capital próprio" de acordo com o artigo 9 da Lei nº 9.249/95 do Brasil serão consideradas como juros para os fins do Artigo 11, parágrafo 3, sempre e quando forem dedutíveis para a determinação da renda da pessoa jurídica.

5. Com referência ao Artigo 12, parágrafo 3

As disposições do parágrafo 3 do Artigo 12 aplicam-se aos rendimentos provenientes da prestação de serviços técnicos e assistência técnica.

6. Com referência ao Artigo 14

Se, em data posterior àquela da assinatura da presente Convenção, o Brasil concluir uma Convenção com outro Estado em que se acorde uma norma que signifique, de qualquer modo, renunciar à aplicação do princípio estabelecido na letra a) do parágrafo 1 do Artigo 14 desta Convenção para a determinação do direito de tributação de um Estado Contratante em relação aos rendimentos obtidos pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades de caráter independente, a partir da data de entrada em vigor da Convenção com o outro Estado deixará de ser aplicável a norma estabelecida na letra a) do parágrafo 1 do Artigo 14 da presente Convenção.

7. Com referência ao Artigo 23

- a) As disposições do parágrafo 5 do Artigo 10 da Convenção e o parágrafo 3 do Protocolo não são consideradas discriminatórias nos termos do parágrafo 2 do Artigo 23.
- b) As disposições das legislações dos Estados Contratantes que não permitem que os "royalties", como definidos no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por um estabelecimento permanente situado em um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante que exerça atividades empresariais no Estado Contratante mencionado em primeiro lugar por meio desse estabelecimento permanente, sejam dedutíveis no momento da determinação do rendimento tributável do referido estabelecimento permanente, não são discriminatórias nos termos do Artigo 23.
- c) Nada do Artigo 23 desta Convenção afetarà a aplicação da atual disposição do artigo 31, número 12, contida na "Lei da Renda" do Chile, mesmo se eventualmente modificada sem alterar seu princípio geral. Todavia, a alíquota de 30 por cento a que se refere dita norma será substituída pela alíquota de 15 por cento para os beneficiários efetivos dos pagamentos relativos a "royalties" residentes no Brasil.

d) Para maior certeza, assinala-se que as disposições do Artigo 23 da presente Convenção não impedem a aplicação, por um Estado Contratante, das respectivas normas internas relativas à subcapitalização ou endividamento excessivo.

8. Disposições Gerais

a) As distribuições de um Fundo de Investimento Estrangeiro, constituído ou organizado para operar como tal em um Estado Contratante, estarão sujeitas a tributação em conformidade com a legislação desse Estado Contratante.

b) Considerando que o objetivo principal desta Convenção é evitar a dupla tributação internacional e prevenir a evasão fiscal, os Estados Contratantes acordam que, no caso em que as disposições da Convenção sejam usadas de forma tal que concedam benefícios não contemplados nem pretendidos por ela, as autoridades competentes dos Estados Contratantes deverão, em conformidade com o procedimento amigável do Artigo 24, recomendar modificações específicas da Convenção. Os Estados Contratantes acordam, ainda, que qualquer das referidas recomendações será considerada e discutida de maneira expedita com vistas a modificar a Convenção na medida em que seja necessário.

c) No caso em que em uma data posterior se implemente em um dos Estados Contratantes um imposto sobre o patrimônio, os Estados Contratantes consultar-se-ão com a finalidade de negociar disposições relativas a seu tratamento.

Em testemunho do que, os signatários, para isso devidamente autorizados, assinam o presente Protocolo.

Feito em Santiago, em 03 de abril de 2001, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

---

Pelo Governo da República Federativa do Brasil  
EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL  
Secretário da Receita Federal

---

Pelo Governo da República do Chile  
NICOLÁS EYZAGUIRRE GUZMÁN  
Ministro da Fazenda

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

CONVENIO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA  
DE CHILE PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN Y PREVENIR LA EVASIÓN  
FISCAL EN RELACIÓN AL IMPUESTO SOBRE LA RENTA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Chile,

Desearo concluir un Convenio para evitar la doble imposición y  
prevenir la evasión fiscal en relación al impuesto sobre la renta.

Han acordado lo siguiente:

CAPÍTULO 1  
Ámbito de Aplicación del Convenio

ARTÍCULO 1  
Ámbito Personal

El Convenio se aplica a las personas residentes de uno o de ambos  
Estados Contratantes.

ARTÍCULO 2  
Impuestos Comprendidos

1. El Convenio se aplica a los impuestos sobre la renta exigibles por cada  
uno de los Estados Contratantes.
2. Se consideran impuestos sobre la renta los que gravan la totalidad de la  
renta o cualquier parte de la misma.
3. Los impuestos a los que se aplica este Convenio son:



- a) en la República de Chile, los impuestos establecidos en la Ley sobre Impuesto a la Renta, Decreto Ley 824 (en adelante denominado “impuesto chileno”); y
- b) en la República Federativa del Brasil, el impuesto federal sobre la renta (en adelante denominado “impuesto brasileño”).

4. El Convenio se aplicará igualmente a los impuestos de naturaleza idéntica o sustancialmente análoga que se establezcan con posterioridad a la fecha de la firma del mismo, y que se añadan a los impuestos mencionados en el párrafo anterior o los sustituyan. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes se comunicarán anualmente las modificaciones significativas ocurridas en sus respectivas legislaciones impositivas.

## CAPÍTULO II Definiciones

### ARTÍCULO 3 Definiciones Generales

1. A los efectos del Convenio, a menos que de su contexto se infiera una interpretación diferente:
- a) el término “Brasil” significa la República Federativa del Brasil;
  - b) el término “Chile” significa la República de Chile;
  - c) las expresiones “un Estado Contratante” y “el otro Estado Contratante” significan, según lo requiera el contexto, “Brasil” o “Chile”;
  - d) el término “persona” comprende las personas físicas o naturales, las sociedades y cualquier otra agrupación de personas;
  - e) el término “sociedad” significa cualquier persona jurídica o cualquier entidad que se considere persona jurídica a efectos impositivos;
  - f) las expresiones “empresa de un Estado Contratante” y “empresa del otro Estado Contratante” significan, respectivamente, una empresa explotada por un residente de un Estado Contratante y una empresa explotada por un residente del otro Estado Contratante;
  - g) la expresión “tráfico internacional” significa todo transporte efectuado por un buque, aeronave o vehículo de transporte terrestre

explotado por una empresa de un Estado Contratante, salvo cuando dicho transporte se realice exclusivamente entre dos puntos situados en el otro Estado Contratante;

h) el término “nacional” significa:

i) toda persona física o natural que posea la nacionalidad de un Estado Contratante; o

ii) toda persona jurídica, sociedad de personas o asociación constituida conforme a la legislación vigente de un Estado Contratante;

i) la expresión “autoridad competente” significa:

i) en el caso de la República Federativa del Brasil, el Ministro de Hacienda, el Secretario de la Receita Federal o sus representantes autorizados.

ii) en el caso de la República de Chile, el Ministro de Hacienda o su representante autorizado;

2. Para la aplicación del Convenio en un momento dado, por un Estado Contratante, cualquier término o expresión no definida en el mismo tendrá, a menos que de su contexto se infiera una interpretación diferente, el significado que en ese momento le atribuya la legislación de ese Estado relativa a los impuestos que son objeto del Convenio, prevaleciendo el significado atribuido por la legislación impositiva aplicable en ese Estado sobre el significado atribuido por otras leyes de ese Estado.

#### ARTÍCULO 4

##### Residente

1. A los efectos del Convenio, la expresión “residente de un Estado Contratante” significa toda persona que, en virtud de la legislación de ese Estado, esté sujeta a imposición en el mismo en razón de su domicilio, residencia, sede de dirección, lugar de constitución o cualquier otro criterio de naturaleza análoga, y también se aplica a ese Estado u a cualquiera de sus subdivisiones políticas.

2. Cuando, en virtud de las disposiciones del párrafo 1, una persona física o natural sea residente de ambos Estados Contratantes, su situación se determinará de la siguiente manera:

- a) dicha persona será considerada residente solamente del Estado Contratante donde tenga una vivienda permanente a su disposición; si tuviera una vivienda permanente a su disposición en ambos Estados, se considerará residente solamente del Estado con el que mantenga relaciones personales y económicas más estrechas (centro de intereses vitales);
  - b) si no pudiera determinarse el Estado en el que dicha persona tiene el centro de sus intereses vitales, o si no tuviera una vivienda permanente a su disposición en ninguno de los Estados, se considerará residente solamente del Estado Contratante donde viva de manera habitual;
  - e) si viviera de manera habitual en ambos Estados, o no lo hiciera en ninguno de ellos, se considerará residente solamente del Estado del que sea nacional, y
  - d) si fuera nacional de ambos Estados, o no lo fuera de ninguno de ellos, las autoridades competentes de los Estados Contratantes resolverán el caso de común acuerdo.
3. Cuando en virtud de las disposiciones del párrafo 1, una persona, que no sea una persona física o natural, sea residente de ambos Estados Contratantes, las autoridades competentes de los Estados Contratantes harán lo posible por resolver el caso. En ausencia de un acuerdo mutuo, dicha persona no tendrá derecho a ninguno de los beneficios o exenciones impositivas contempladas por este Convenio.

## ARTÍCULO 5

### Establecimiento Permanente

1. A efectos del Convenio, la expresión “establecimiento permanente” significa un lugar fijo de negocios mediante el cual una empresa realiza toda o parte de su actividad.
2. La expresión “establecimiento permanente” comprende, en especial:
  - a) una sede de dirección;
  - b) una sucursal;
  - c) una oficina;
  - d) una fábrica;

e) un taller;

f) una mina, un pozo de petróleo o de gas, una cantera o cualquier otro lugar en relación a la exploración, extracción o explotación de recursos naturales.

3. La expresión “establecimiento permanente” también incluye una obra de construcción, instalación o montaje cuya duración exceda de seis meses, incorporando solamente para efectos del cómputo del tiempo a las actividades de supervisión relacionadas con dichas actividades.

A los efectos del cálculo de los límites temporales a que se refiere el presente párrafo, las actividades realizadas por una empresa asociada a otra empresa en el sentido del Artículo 9, serán agregadas al período durante el cual son realizadas las actividades por la empresa de la que es asociada, si las actividades de ambas empresas son idénticas o sustancialmente similares.

4. No obstante lo dispuesto en los párrafos precedentes de este Artículo, se considera que la expresión “establecimiento permanente” no incluye:

a) la utilización de instalaciones con el único fin de almacenar, exponer o entregar bienes o mercancías pertenecientes a la empresa;

b) el mantenimiento de un depósito de bienes o mercancías pertenecientes a la empresa con el único fin de almacenarlas, exponerlas o entregarlas;

c) el mantenimiento de un depósito de bienes o mercancías pertenecientes a la empresa con el único fin de que sean transformadas por otra empresa;

d) el mantenimiento de un lugar fijo de negocios con el único fin de comprar bienes o mercancías o de obtener informaciones para la empresa;

e) el mantenimiento de un lugar fijo de negocios con el único fin de hacer publicidad, suministrar información o realizar investigaciones científicas u otras actividades similares que tengan carácter preparatorio o auxiliar para la empresa.

5. No obstante las disposiciones de los párrafos 1 y 2, cuando una persona, distinta de un agente independiente al que le sea aplicable el párrafo 6, actúe por cuenta de una empresa y tenga y ejerza habitualmente en un Estado Contratante poderes que la faculten para concluir contratos en nombre de la empresa, se considerará que esta empresa tiene un establecimiento permanente en este Estado respecto de cualquiera de las actividades que dicha persona realice para la empresa, a

menos que tales actividades se limiten a las mencionadas en el párrafo 4 y que, de haber sido realizadas por medio de un lugar fijo de negocios, dicho lugar fijo de negocios no fuere considerado como un establecimiento permanente de acuerdo con las disposiciones de dicho párrafo.

6. No se considera que una empresa de un Estado Contratante tiene un establecimiento permanente en el otro Estado Contratante por el mero hecho de que realice sus actividades en ese otro Estado por medio de un corredor, un comisionista general o cualquier otro agente independiente, siempre que dichas personas actúen dentro del marco ordinario de su actividad y que en sus relaciones comerciales o financieras con dichas empresas no se pacten o impongan condiciones aceptadas o impuestas que sean distintas de las generalmente acordadas por agentes independientes.

7. El hecho de que una sociedad residente de un Estado Contratante controle o sea controlada por una sociedad residente del otro Estado Contratante, o que realice actividades empresariales en ese otro Estado (ya sea por medio de un establecimiento permanente o de otra manera), no convierte por sí solo a cualquiera de estas sociedades en establecimiento permanente de la otra.

### CAPÍTULO III Imposición De Las Rentas

#### ARTÍCULO 6 Rentas de Bienes Inmuebles

1. Las rentas que un residente de un Estado Contratante obtenga de bienes inmuebles (incluidas las rentas de explotaciones agrícolas o forestales) situados en el otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. A los efectos del Convenio, la expresión "bienes inmuebles" tendrá el significado que le atribuya el derecho del Estado Contratante en que los bienes estén situados. Dicha expresión comprende en todo caso los bienes accesorios a los bienes inmuebles de la propiedad inmobiliaria, el ganado y el equipo utilizado en explotaciones agrícolas y forestales, los derechos a los que sean aplicables las disposiciones de derecho privado relativas a la propiedad de bienes raíces, el usufructo de bienes inmuebles y los derechos a percibir pagos variables o fijos en contraprestación por la explotación, o la concesión de la explotación de yacimientos minerales, fuentes y otros recursos naturales; los buques, embarcaciones, aeronaves y vehículos de transporte terrestre no se considerarán bienes inmuebles.

3. Las disposiciones del párrafo 1 se aplican a las rentas derivadas de la utilización directa, el arrendamiento o aparcería, así como de cualquier otra forma de explotación de los bienes inmuebles.

4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 3 se aplican igualmente a las rentas derivadas de los bienes inmuebles de una empresa y de los bienes inmuebles utilizados para la prestación de servicios personales independientes.

#### ARTÍCULO 7

##### Beneficios de las Empresas

1. Los beneficios de una empresa de un Estado Contratante solamente pueden someterse a imposición en ese Estado, a no ser que la empresa realice o ha realizado su actividad en el otro Estado Contratante por medio de un establecimiento permanente situado en él. Si la empresa realiza o ha realizado su actividad de dicha manera, los beneficios de la empresa pueden someterse a imposición en el otro Estado, pero sólo en la medida en que puedan atribuirse a ese establecimiento permanente.

2. Sujeto a lo previsto en el párrafo 3, cuando una empresa de un Estado Contratante realice su actividad en el otro Estado Contratante por medio de un establecimiento permanente situado en él, en cada Estado Contratante se atribuirán a dicho establecimiento permanente los beneficios que éste hubiera podido obtener de ser una empresa distinta y separada que realizase las mismas o similares actividades, en las mismas o similares condiciones y tratase con total independencia con la empresa de la que es establecimiento permanente.

3. Para la determinación de los beneficios del establecimiento permanente se permitirá la deducción de los gastos necesarios y efectivamente realizados para los fines del establecimiento permanente, comprendidos los gastos de dirección y generales de administración realizados para los mismos fines.

4. Ningún beneficio será atribuido a un establecimiento permanente por el mero hecho de que éste compre bienes o mercancías para la empresa.

5. Cuando los beneficios comprendan rentas reguladas separadamente en otros Artículos de este Convenio, las disposiciones de aquéllos no quedarán afectadas por las del presente Artículo.

#### ARTÍCULO 8

##### Transporte Terrestre, Marítimo y Aéreo

1. Los beneficios de una empresa de un Estado Contratante procedentes de la explotación de buques, aeronaves o vehículos de transporte terrestre en tráfico internacional sólo pueden someterse a imposición en ese Estado.

2. Para los fines de este Artículo:
- a) el término “beneficios” comprende los ingresos brutos que se deriven directamente de la explotación de buques, aeronaves o vehículos de transporte terrestre en tráfico internacional;
  - b) la expresión “explotación de buques, aeronaves o vehículos de transporte terrestre” por una empresa comprende también:
    - i) el fletamento o arrendamiento de aeronaves, vehículos de transporte terrestre o buques a casco desnudo; y
    - ii) el arrendamiento de contenedores y equipo relacionado,  
  
siempre que dicho flete o arrendamiento sea accesorio a la explotación, por esa empresa, de buques, aeronaves o vehículos de transporte terrestre en tráfico internacional.
3. Las disposiciones del párrafo 1 se aplican también a los beneficios procedentes de la participación en un “pool”, en una explotación en común o en un organismo internacional de explotación.

#### ARTÍCULO 9

##### Empresas Asociadas

Cuando:

- a) una empresa de un Estado Contratante participe, directa o indirectamente, en la dirección, el control o el capital de una empresa del otro Estado Contratante; o
- b) las mismas personas participen, directa o indirectamente, en la dirección, el control o el capital de una empresa de un Estado Contratante y de una empresa del otro Estado Contratante,

y en uno y otro caso las dos empresas estén, en sus relaciones comerciales o financieras, unidas por condiciones aceptadas o impuestas, que difieran de las que serían acordadas por empresas independientes, los beneficios que habrían sido obtenidos por una de las empresas de no existir dichas condiciones y que de hecho no se han realizado a causa de las mismas, podrán incluirse en los beneficios de esa empresa y sometidos a imposición en consecuencia.

**ARTÍCULO 10**

**Dividendos**

1. Los dividendos pagados por una sociedad residente de un Estado Contratante a un residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. Sin embargo, dichos dividendos pueden también someterse a imposición en el Estado Contratante en que reside la sociedad que pague los dividendos y según la legislación de ese Estado, pero si el beneficiario efectivo de los dividendos, es un residente del otro Estado Contratante, el impuesto así exigido no podrá exceder del:

a) 10 por ciento del importe bruto de los dividendos si el beneficiario efectivo es una sociedad que controla directa o indirectamente no menos del 25 por ciento de las acciones con derecho a voto de la sociedad que paga dichos dividendos;

b) 15 por ciento del importe bruto de los dividendos en todos los demás casos.

Este párrafo no afecta a la imposición de la sociedad respecto a los beneficios con cargo a los que se pagan los dividendos.

3. El término “dividendos” en el sentido de este Artículo comprende las rentas de las acciones u otros derechos, excepto los de crédito, que permitan participar en los beneficios, así como las rentas de otros derechos de participación sujetos al mismo régimen fiscal que los rendimientos de las acciones por la legislación del Estado Contratante del que la sociedad que hace la distribución sea residente.

4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 de este Artículo no son aplicables si el beneficiario efectivo de los dividendos, residente de un Estado Contratante, realiza en el otro Estado Contratante del que es residente la sociedad que paga los dividendos, una actividad empresarial a través de un establecimiento permanente situado allí, o presta en ese otro Estado servicios personales independientes por medio de una base fija situada allí, y la participación que genera los dividendos está vinculada efectivamente a dicho establecimiento permanente o base fija. En tal caso, son aplicables las disposiciones del Artículo 7 o del Artículo 14, según proceda.

5. Cuando un residente de un Estado Contratante tuviera un establecimiento permanente en el otro Estado Contratante, ese establecimiento permanente puede ser sometido en ese Estado a un impuesto distinto del impuesto que afecta a los beneficios del establecimiento permanente en ese otro Estado Contratante y de acuerdo con la legislación de ese Estado. Sin embargo, ese impuesto



distinto del impuesto a los beneficios no podrá exceder el límite establecido en el subpárrafo (a) del párrafo 2 del presente Artículo.

6. Cuando una sociedad residente de un Estado Contratante obtenga beneficios o rentas procedentes del otro Estado Contratante, ese otro Estado Contratante no podrá exigir ningún impuesto sobre los dividendos pagados por la sociedad, salvo en la medida en que esos dividendos se paguen a un residente de ese otro Estado o en la medida en que la participación que genera los dividendos pagados esté vinculada efectivamente a un establecimiento permanente o a una base fija situados en ese otro Estado, ni someter los beneficios no distribuidos de la sociedad a un impuesto sobre los mismos, aunque los dividendos pagados o los beneficios no distribuidos consistan, total o parcialmente, en beneficios o rentas procedentes de ese otro Estado.

## ARTÍCULO 11

### Intereses

1. Los intereses procedentes de un Estado Contratante y pagados a un residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. Sin embargo, dichos intereses pueden también someterse a imposición en el Estado Contratante del que procedan y según la legislación de ese Estado, pero si el beneficiario efectivo de los intereses es un residente del otro Estado Contratante, el impuesto así exigido no podrá exceder del 15 por ciento del importe bruto de los intereses.

3. El término "intereses" en el sentido del presente Artículo, comprende las rentas de créditos de cualquier naturaleza, con o sin garantía hipotecaria, y en particular, las rentas de la deuda pública, de bonos y obligaciones, así como cualquiera otra renta que la legislación fiscal del Estado de donde procedan los intereses asimile a las rentas de las cantidades dadas en préstamo.

4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 de este Artículo no son aplicables si el beneficiario efectivo de los intereses, residente de un Estado Contratante, realiza en el otro Estado Contratante del que proceden los intereses, una actividad empresarial por medio de un establecimiento permanente situado allí, o presta unos servicios personales independientes por medio de una base fija situada allí, y el crédito que genera los intereses esté vinculado efectivamente a dichos establecimiento permanente o base fija. En tal caso, son aplicables las disposiciones del Artículo 7 o del Artículo 14, según proceda.

5. La limitación establecida en el párrafo 2 de este Artículo no se aplica a los intereses procedentes de un Estado Contratante y pagados a un establecimiento permanente de una empresa del otro Estado Contratante situado en un tercer Estado.

6. Los intereses se consideran procedentes de un Estado Contratante cuando el deudor es un residente de ese Estado. Sin embargo, cuando el deudor de los intereses, sea o no residente de un Estado Contratante, tenga en un Estado Contratante un establecimiento permanente o una base fija en relación con el cual se haya contraído la deuda por la que se pagan los intereses, y estos se soportan por el establecimiento permanente o la base fija, dichos intereses se considerarán procedentes del Estado Contratante en donde esté situado el establecimiento permanente o la base fija.

7. Cuando, por razón de relaciones especiales existentes entre el deudor y el beneficiario efectivo de los intereses, o de las que uno y otro mantengan con terceros, el importe de los intereses pagados, habida cuenta del crédito por el que se paguen, exceda del que hubieran convenido el deudor y el beneficiario efectivo en ausencia de tales relaciones, las disposiciones de este Artículo no se aplicarán más que a este último importe. En tal caso, la cuantía en exceso podrá someterse a imposición de acuerdo con la legislación de cada Estado Contratante, teniendo en cuenta las demás disposiciones del presente Convenio.

8. Las disposiciones del presente Artículo no se aplicarán si el principal propósito o uno de los principales propósitos de cualquier persona vinculada con la creación o la atribución del crédito en relación al cual los intereses son pagados, fuera el de sacar ventajas de este Artículo mediante tal creación o atribución.

## ARTÍCULO 12

### Regalías

1. Las regalías procedentes de un Estado Contratante y pagadas a un residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. Sin embargo, esas regalías pueden también someterse a imposición en el Estado Contratante del que procedan y según la legislación de ese Estado, pero si el beneficiario efectivo de las regalías es un residente del otro Estado Contratante, el impuesto así exigido no puede exceder del 15 por ciento del importe bruto de las regalías.

3. El término "regalías" empleado en este Artículo comprende las cantidades de cualquier clase pagadas por el uso o la concesión de uso de derechos de autor sobre obras literarias, artísticas o científicas (incluidas las películas cinematográficas y las películas, cintas y otros medios de reproducción de imagen y de sonido, de grabación de programas de televisión o radiodifusión), de patentes,

marcas de fábrica o de comercio, diseños o modelos, planos, fórmulas o procedimientos secretos u otra propiedad intangible, así como por el uso o la concesión de uso de equipos industriales, comerciales o científicos y por informaciones relativas a experiencias industriales, comerciales o científicas.

4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 de este Artículo no son aplicables cuando el beneficiario efectivo de las regalías, residente de un Estado Contratante, realiza en el Estado Contratante del que proceden las regalías, una actividad empresarial por medio de un establecimiento permanente situado allí, o presta servicios personales independientes por medio de una base fija situada allí y el bien o el derecho por el que se pagan las regalías están vinculados efectivamente a dicho establecimiento permanente o base fija. En tal caso, son aplicables las disposiciones del Artículo 7 o del Artículo 14, según proceda.

5. Las regalías se consideran procedentes de un Estado Contratante cuando el deudor es un residente de ese Estado. Sin embargo, cuando quien paga las regalías, sea o no residente de un Estado Contratante, tenga en un Estado Contratante un establecimiento permanente o una base fija en relación con el cual esté vinculada la prestación por la que se pagan las regalías y estas se soportan por el establecimiento permanente o base fija, dichas regalías se considerarán procedentes del Estado Contratante en que esté situado el establecimiento permanente o base fija.

6. Cuando, por razón de las relaciones especiales existentes entre el deudor y el beneficiario efectivo de las regalías, o de las que uno y otro mantengan con terceros, el importe de las regalías pagadas, habida cuenta del uso, derecho o información por los que se pagan, exceda del que habrían convenido el deudor y el beneficiario efectivo en ausencia de tales relaciones, las disposiciones de este Artículo no se aplicarán más que a este último importe. En ese caso, la cuantía en exceso podrá someterse a imposición de acuerdo con la legislación de cada Estado Contratante, teniendo en cuenta las demás disposiciones del presente Convenio.

7. Las disposiciones del presente Artículo no se aplicarán si el principal propósito o uno de los principales propósitos de cualquier persona relacionada con la creación o la atribución de derechos en relación a los cuales las regalías son pagadas fuera el de sacar ventajas de este Artículo mediante tal creación o atribución.

### ARTÍCULO 13 Ganancias de Capital

1. Las ganancias que un residente de un Estado Contratante obtenga de la enajenación de bienes inmuebles situados en el otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. Las ganancias derivadas de la enajenación de bienes muebles que formen parte del activo de un establecimiento permanente que una empresa de un Estado Contratante tenga en el otro Estado Contratante, o de bienes muebles que pertenezcan a una base fija que un residente de un Estado Contratante tenga en el otro Estado Contratante para la prestación de servicios personales independientes, comprendidas las ganancias derivadas de la enajenación de dicho establecimiento permanente (sólo o con el conjunto de la empresa de la que forme parte) o de esta base fija, pueden someterse a imposición en este otro Estado.

3. Sin embargo, las ganancias derivadas de la enajenación de vehículos de transporte terrestre, buques o aeronaves explotados en tráfico internacional, o de bienes muebles afectos a la explotación de dichos vehículos de transporte terrestre, buques o aeronaves, sólo pueden someterse a imposición en el Estado Contratante que sea competente para someter a imposición los beneficios de la empresa según el Artículo 8.

4. Las ganancias derivadas de la enajenación de cualquier otro bien o derecho distinto de los mencionados en los párrafos anteriores pueden someterse a imposición en ambos Estados Contratantes.

#### ARTÍCULO 14

##### Servicios Personales Independientes

1. Las rentas obtenidas por un residente de un Estado Contratante por la prestación de servicios profesionales o de otras actividades independientes de naturaleza análoga sólo pueden someterse a imposición en ese Estado, a no ser que:

- a) las remuneraciones por tales servicios o actividades sean pagadas por un residente del otro Estado Contratante o sean soportadas por un establecimiento permanente o una base fija que estén situados en ese otro Estado; o
- b) dicha persona, sus empleados u otras personas encargados por ella permanezcan o las actividades prosigan en el otro Estado Contratante por un período o períodos que, en total, suman o excedan 183 días, dentro de un período cualquiera de doce meses; en tal caso, sólo puede someterse a imposición en este otro Estado la parte de la renta obtenida de las actividades desempeñadas por esa persona en este otro Estado; o
- c) tales servicios o actividades sean prestados en el otro Estado Contratante y el beneficiario dispone, de manera habitual, en ese otro Estado de una base fija para el ejercicio de sus actividades, pero sólo en la medida en que tales rentas sean imputables a esa base fija.

2. La expresión “servicios personales independientes” comprende, especialmente, las actividades independientes de carácter científico, técnico, literario, artístico, educativo o pedagógico, así como las actividades independientes de médicos, abogados, ingenieros, arquitectos, odontólogos y contables.

#### ARTÍCULO 15

##### Servicios Personales Dependientes

1. Sin perjuicio de lo dispuesto en los Artículos 16, 18 y 19, los sueldos, salarios y otras remuneraciones obtenidas por un residente de un Estado Contratante en razón de un empleo sólo pueden someterse a imposición en ese Estado, a no ser que el empleo se realice en el otro Estado Contratante. Si el empleo se realiza de esa forma, las remuneraciones derivadas del mismo pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. No obstante las disposiciones del párrafo 1, las remuneraciones obtenidas por un residente de un Estado Contratante en razón de un empleo realizado en el otro Estado Contratante sólo pueden someterse a imposición en el primer Estado si:

- a) el perceptor permanece en el otro Estado durante un período o períodos cuya duración no excedan, en total, de 183 días en cualquier período de doce meses que comience o termine en el año fiscal considerado, y
- b) las remuneraciones se pagan por, o en nombre de, una persona empleadora que no sea residente del otro Estado, y
- c) las remuneraciones no se imputen a un establecimiento permanente o base fija que la persona empleadora tenga en el otro Estado.

3. No obstante las disposiciones precedentes de este Artículo, las remuneraciones obtenidas por un residente de un Estado Contratante por razón de un empleo realizado a bordo de un vehículo de transporte terrestre, buque o aeronave explotados en tráfico internacional sólo podrá someterse a imposición en ese Estado.

#### ARTÍCULO 16

##### Remuneraciones de Consejeros o Directores

Las participaciones, remuneraciones, dietas de asistencia y otras retribuciones similares que un residente de un Estado Contratante obtenga como miembro del directorio o de cualquier otro consejo de administración o vigilancia de

una sociedad residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

#### ARTÍCULO 17 Artistas y Deportistas

1. No obstante las disposiciones de los Artículos 14 y 15, las rentas que un residente de un Estado Contratante obtenga del ejercicio de sus actividades personales en el otro Estado Contratante en calidad de artista del espectáculo, tal como artista de teatro, cine, radio o televisión, o músico, o como deportista, pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

2. No obstante lo dispuesto en los artículos 7, 14 y 15, cuando las rentas derivadas de las actividades personales de los artistas del espectáculo o los deportistas, en esa calidad, se atribuyan no al propio artista del espectáculo o deportista sino a otra persona, dichas rentas pueden someterse a imposición en el Estado Contratante en que se realicen las actividades del artista del espectáculo o el deportista.

#### ARTÍCULO 18 Pensiones

1. Las pensiones y otras remuneraciones similares procedentes de un Estado Contratante y pagadas a un residente del otro Estado Contratante sólo pueden someterse a imposición en el Estado de donde procedan.

En el presente párrafo la expresión “pensiones y otras remuneraciones similares” significa pagos periódicos efectuados después de la jubilación, como consecuencia de un empleo anterior o a título de compensación por daños sufridos como consecuencia de un empleo anterior y los pagos efectuados por u originados de un fondo de pensiones que integre el sistema de seguridad social de un Estado Contratante.

2. Los alimentos y otros pagos de mantención efectuados a un residente de un Estado Contratante sólo serán sometidos a imposición en ese Estado si fueren deducibles para el pagador. En caso de que no fueren deducibles serán sometidos a imposición solamente en el Estado de residencia del pagador.

#### ARTÍCULO 19 Funciones Públicas

1. a) Los sueldos, salarios y otras remuneraciones, excluidas las pensiones, pagadas por un Estado Contratante o por una de sus subdivisiones políticas o autoridades locales a una persona física o natural, por razón de servicios prestados a

ese Estado o a esa subdivisión política o autoridad, sólo pueden someterse a imposición en ese Estado.

b) Sin embargo, dichos sueldos, salarios y otras remuneraciones sólo pueden someterse a imposición en el otro Estado Contratante si los servicios se prestan en ese Estado y la persona física o natural es un residente de ese Estado Contratante que:

i) es nacional de ese Estado; o

ii) no ha adquirido la condición de residente de ese Estado solamente para prestar los servicios.

2. Las disposiciones de los Artículos 15, 16, 17 y 18 se aplican a las remuneraciones y a las pensiones pagadas por razón de servicios prestados en el marco de una actividad comercial o industrial realizada por un Estado Contratante o por una de sus subdivisiones políticas o autoridades locales.

#### ARTÍCULO 20

##### Estudiantes y Aprendices

1. Los pagos que un estudiante o aprendiz, que es o fue en el período inmediatamente anterior a su visita a un Estado Contratante un residente del otro Estado Contratante y que permanezca en el primer Estado Contratante con el único fin de estudiar o practicar, reciba para su sostenimiento, educación o práctica no pueden someterse a imposición en ese Estado, siempre que procedan de fuentes situadas fuera de ese Estado.

2. Respecto de los subsidios, becas de estudio y remuneraciones por empleos no comprendidos por el párrafo 1, el estudiante o persona en práctica de que trata dicho párrafo 1, durante el período de esos estudios o de esa formación, tendrá además, el derecho a beneficiarse de las mismas exenciones, rebajas o deducciones en relación a los impuestos que se concedan a los residentes del Estado que esté visitando.

#### ARTÍCULO 21

##### Otras Rentas

Las rentas de un residente de un Estado Contratante no mencionadas en los Artículos anteriores del presente Convenio y que provengan del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado Contratante.

**CAPÍTULO IV**  
**Métodos para Eliminar la Doble Imposición**

**ARTÍCULO 22**  
**Método de Crédito**

1. En el caso de Chile, la doble imposición se evitará de la manera siguiente:

Cuando un residente en Chile obtenga rentas que, de acuerdo con las disposiciones del Convenio puedan someterse a imposición en Brasil, podrá acreditar contra los impuestos chilenos correspondientes a esas rentas los impuestos aplicados en Brasil, de acuerdo con las disposiciones aplicables de la legislación chilena. Este párrafo se aplicará a todas las rentas a que se refiere el Convenio.

2. En el caso de Brasil, la doble imposición se evitará de la manera siguiente:

Cuando un residente de Brasil obtenga rentas que de acuerdo con las disposiciones del presente Convenio pueden someterse a imposición en Chile, Brasil admitirá la deducción en el impuesto sobre las rentas de ese residente de un importe igual al impuesto sobre las rentas pagado en Chile de acuerdo con las disposiciones aplicables de la legislación brasileña.

Sin embargo, dicha deducción no podrá exceder de la parte del impuesto sobre las rentas, calculado antes de la deducción, correspondiente a las rentas que pueden someterse a imposición en Chile.

3. Cuando de conformidad con cualquier disposición del Convenio las rentas obtenidas por un residente de un Estado Contratante estén exentas de imposición en ese Estado, dicho Estado podrá, sin embargo, tener en cuenta las rentas exentas a efectos de calcular el importe del impuesto sobre el resto de las rentas de dicho residente.

**CAPÍTULO V**  
**Disposiciones Especiales**

**ARTÍCULO 23**  
**No Discriminación**

1. Los nacionales de un Estado Contratante no serán sometidos en el otro Estado Contratante a ninguna imposición u obligación relativa a la misma que no se



exija o que sea más gravosa que aquellas a las que estén o puedan estar sometidos los nacionales de ese otro Estado que se encuentren en las mismas condiciones.

2. Los establecimientos permanentes que una empresa de un Estado Contratante tenga en el otro Estado Contratante no serán sometidos a imposición en ese Estado de manera menos favorable que las empresas de ese otro Estado que realicen las mismas actividades.

3. Este Artículo no podrá interpretarse en el sentido de obligar a un Estado Contratante a conceder a los residentes del otro Estado Contratante las deducciones personales, desgravaciones y reducciones impositivas que, a efectos fiscales, otorgue a sus propios residentes en consideración a su estado civil o cargas familiares.

4. A menos que se apliquen las disposiciones del Artículo 9, del párrafo 7 del Artículo 11 o del párrafo 6 del Artículo 12, los intereses, regalías o demás gastos pagados por una empresa de un Estado Contratante a un residente del otro Estado Contratante son deducibles, para determinar los beneficios sujetos a imposición de esta empresa, en las mismas condiciones que si hubieran sido pagados a un residente del Estado mencionado en primer lugar.

5. Las sociedades de un Estado Contratante cuyo capital esté, total o parcialmente, detentado o controlado, directa o indirectamente, por uno o más residentes del otro Estado Contratante no serán sometidas en el primer Estado a ninguna imposición u obligación relativa al mismo que no se exijan o sean más gravosas que aquellas a los que estén o puedan estar sometidas otras sociedades similares del primer Estado cuyo capital esté, total o parcialmente, detentado o controlado, directa o indirectamente, por uno o más residentes de un tercer Estado.

6. En el presente Artículo, el término "imposición" se refiere a los impuestos que son objeto del presente Convenio.

#### ARTÍCULO 24

##### Procedimiento de Acuerdo Mutuo

1. Cuando un residente de un Estado Contratante considere que las medidas adoptadas por uno o por ambos Estados Contratantes implican o pueden implicar para él una imposición que no esté conforme con las disposiciones del presente Convenio, con independencia de los recursos previstos por el derecho interno de esos Estados, podrá someter su caso a la autoridad competente del Estado Contratante del que sea residente o, si fuera aplicable el párrafo 1 del Artículo 23, a la del Estado Contratante del que sea nacional.

2. Esa autoridad competente, si la reclamación le parece fundada y si no puede por sí misma encontrar una solución satisfactoria, hará lo posible por resolver

la cuestión mediante un procedimiento de acuerdo mutuo con la autoridad competente del otro Estado Contratante, a fin de evitar una imposición que no se ajuste al presente Convenio.

3. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes harán lo posible por resolver las dificultades o disipar las dudas que plantea la interpretación o aplicación del Convenio mediante un procedimiento de acuerdo mutuo.

4. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes podrán comunicarse directamente a fin de llegar a un acuerdo en los términos indicados en los párrafos anteriores.

#### ARTÍCULO 25

##### Intercambio de Información

1. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes intercambiarán las informaciones necesarias para aplicar lo dispuesto en el presente Convenio, o en el derecho interno de los Estados Contratantes relativo a los impuestos comprendidos en el Convenio, en la medida en que la imposición prevista en el mismo no sea contraria al Convenio. El intercambio de información no se verá limitado por el Artículo 1. Las informaciones recibidas por un Estado Contratante serán mantenidas en secreto en igual forma que las informaciones obtenidas en base al derecho interno de ese Estado y sólo podrán revelarse a las personas o autoridades (incluidos los tribunales y órganos administrativos) encargadas de la determinación o recaudación de los impuestos objeto del presente Convenio, de los procedimientos declarativos o ejecutivos relativos a dichos impuestos, o de la resolución de los recursos relativos a los mismos. Dichas personas o autoridades sólo utilizarán estas informaciones para estos fines.

2. En ningún caso las disposiciones del párrafo 1 podrán interpretarse en el sentido de obligar a un Estado Contratante a:

- a) adoptar medidas administrativas contrarias a su legislación o práctica administrativa, o a las del otro Estado Contratante;
- b) suministrar información que no se pueda obtener sobre la base de su propia legislación o en el ejercicio de su práctica administrativa normal o de las del otro Estado Contratante;
- c) suministrar información que revele secretos comerciales, industriales, o profesionales, procedimientos comerciales o industriales, o informaciones cuya comunicación sea contraria al orden público.

3. No obstante lo dispuesto en el párrafo 2 del presente Artículo, la autoridad competente del Estado Contratante requerido podrá, teniendo presente las limitaciones constitucionales y legales, y sobre la base de reciprocidad de tratamiento, obtener y proveer informaciones que posean las instituciones financieras, mandatarios o personas que actúan como representantes, agentes o fiduciarios, asimismo respecto a participaciones sociales o a participaciones accionarias, inclusive sobre acciones al portador.

4. Cuando la información sea solicitada por un Estado Contratante de conformidad con el presente Artículo, el otro Estado Contratante obtendrá la información a que se refiere la solicitud en la misma forma como si se tratara de su propia imposición, sin importar el hecho de que este otro Estado, en ese momento, no requiera de tal información.

#### ARTÍCULO 26

##### Miembros de Misiones Diplomáticas y de Oficinas Consulares

Las disposiciones del presente Convenio no afectarán a los privilegios fiscales de que disfruten los miembros de las misiones diplomáticas o de las oficinas consulares de acuerdo con los principios generales del Derecho Internacional o en virtud de las disposiciones de acuerdos especiales.

#### ARTÍCULO 27

##### Entrada en Vigor

1. Cada Estado Contratante notificará por escrito al otro, a través de los canales diplomáticos, el cumplimiento de los procedimientos exigidos por su ordenamiento jurídico para la entrada en vigor del presente Convenio. Dicho Convenio entrará en vigor en la fecha de recepción de la última notificación.

2. Las disposiciones del Convenio se aplicarán:

a) en Chile:

con respecto a los impuestos sobre las rentas que se obtengan y a las cantidades que se paguen, abonen en cuenta, se pongan a disposición o se contabilicen como gasto, a partir del primer día del mes de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquel en que el Convenio entre en vigor; y

b) en Brasil:

- i) respecto a los impuestos retenidos en la fuente, a las sumas pagadas, remitidas o acreditadas en el o después del primer día de enero del año calendario inmediato siguiente a aquél en que el Convenio entre en vigor;
- ii) respecto a los otros impuestos comprendidos en el Convenio, a las sumas generadas en el ejercicio fiscal que comience en el o después del primer día de enero del año calendario inmediato siguiente a aquél en que el Convenio entre en vigor.

3. El Convenio para Evitar la Doble Tributación de la Renta correspondiente al Transporte Marítimo y Aéreo, concluido en Santiago, por cambio de notas, el 17 y 18 de junio de 1976, entre Brasil y Chile dejará de surtir efectos a partir de la fecha en la cual el presente Convenio entre en vigor respecto a los impuestos a los que se aplica, de acuerdo con el párrafo 1 de este Artículo.

#### ARTÍCULO 28

##### Denuncia

1. Cualquiera de los Estados Contratantes podrá en forma escrita, a más tardar el 30 de junio de cada año calendario siguiente al período de tres años desde la fecha de entrada en vigor del Convenio, notificar al otro la denuncia del mismo, a través de la vía diplomática.

2. En tal caso, las disposiciones del Convenio dejarán de surtir efecto:

a) en Chile:

con respecto a los impuestos sobre las rentas que se obtengan y las cantidades que se paguen, abonen en cuenta, se pongan a disposición o se contabilicen como gasto, a partir del primer día del mes de enero del año calendario inmediatamente siguiente;

b) en Brasil:

- i) respecto a los impuestos retenidos en la fuente, a las sumas pagadas, remitidas o acreditadas en el o después del primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquél en que la denuncia haya tenido lugar;

ii) con respecto a los demás impuestos comprendidos en este Convenio, a las sumas generadas durante el ejercicio fiscal que comience en el o después del primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquél en que la denuncia haya tenido lugar.

En fe de lo cual, los signatarios, debidamente autorizados al efecto, firman el presente Convenio.

Hecho en Santiago, en                      de abril de 2001, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

\_\_\_\_\_  
POR EL GOBIERNO DE LA  
REPÚBLICA FEDERATIVA  
DEL BRASIL

\_\_\_\_\_  
POR EL GOBIERNO DE LA  
REPÚBLICA DE CHILE

PROTOCOLO DEL CONVENIO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL  
Y LA REPÚBLICA DE CHILE PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN Y PREVENIR  
LA EVASIÓN FISCAL EN RELACIÓN AL IMPUESTO SOBRE LA RENTA

Al momento de la firma del Convenio entre la República Federativa de Brasil y la República de Chile para evitar la doble imposición y prevenir la evasión fiscal en relación al impuesto sobre la renta, los signatarios, para esto debidamente autorizados, han convenido las siguientes disposiciones que forman parte integrante de ese Convenio.

1. Con referencia al Artículo 1

- a) Cualquier cuestión que surja respecto de la interpretación o aplicación de este Convenio y, en particular, si una medida tributaria está dentro del ámbito de este Convenio, se resolverá exclusivamente de acuerdo a las disposiciones del Artículo 24 de este Convenio, y
- b) las disposiciones del Artículo II y del Artículo XVII del Acuerdo General sobre el Comercio de Servicios no se aplicarán a una medida tributaria a menos que las autoridades competentes acuerden que esa medida no está dentro del ámbito del Artículo 23 de este Convenio.

2. Con referencia al Artículo 7

Se entiende que las disposiciones del párrafo 3 del Artículo 7 se aplicarán tanto si los gastos se efectúan en el Estado en que se encuentre el establecimiento permanente como en otra parte.

3. Con referencia al Artículo 10, párrafos 2 y 5

En el caso de Chile:

- a) Lo dispuesto en los párrafos 2 y 5 del Artículo 10 de este Convenio no limitará la aplicación del Impuesto Adicional siempre que,
  - i) el Impuesto de Primera Categoría sea completamente acreditable contra el Impuesto Adicional a pagar, y
  - ii) la tasa del Impuesto Adicional no exceda del 42 por ciento.

Además, cuando una de las condiciones de las letras (i) o (ii) deje de cumplirse, lo dispuesto en los párrafos 2 y 5 del Artículo 10 no limitará la imposición en cualquiera de los Estados Contratante. En

esc caso los Estados Contratantes se consultarán a objeto de modificar el presente Convenio con la finalidad de restablecer el equilibrio de los beneficios del mismo.

- b) Asimismo, lo dispuesto en los párrafos 2 y 5 del Artículo 10 de este Convenio no limitará la aplicación del Impuesto Adicional en el caso de retiros o remesas de utilidades o dividendos pagados por una empresa cuando la inversión esté sujeta a un contrato de inversión extranjera acogido al Estatuto de la Inversión Extranjera (Decreto Ley 600) siempre que la carga impositiva efectiva total a la renta no exceda del 42 por ciento.

4. Con referencia al Artículo 11, párrafo 4

Las cantidades pagadas a título de "remuneración sobre el capital propio" según el Artículo 9 de la Lcy N°9.249/95 de Brasil, se considerarán como intereses para los fines del Artículo 11, párrafo 3, siempre y cuando sean deducibles para la determinación de la renta de la persona jurídica.

5. Con referencia al Artículo 12, párrafo 3

Las disposiciones del párrafo 3 del Artículo 12 se aplican a las rentas procedentes de la prestación de servicios técnicos y asistencia técnica.

6. Con referencia al Artículo 14

Si en una fecha posterior a aquella en la que se suscriba el presente Convenio, Brasil concluye un Convenio con otro Estado, en el que se acuerde una norma que signifique, de cualquier modo, renunciar a la aplicación del principio establecido en la letra (a) del párrafo 1 del Artículo 14 de este Convenio para la determinación del derecho de imposición de un Estado Contratante respecto de la renta obtenida por la prestación de servicios profesionales o de otras actividades de carácter independiente, a partir de la fecha de entrada en vigencia del Convenio con el otro Estado dejará de ser aplicable la norma establecida en la letra (a) del párrafo 1 del Artículo 14 del presente Convenio.

7. Con referencia al Artículo 23

- a) Las disposiciones del párrafo 5 del Artículo 10 del Convenio y el párrafo 3 del Protocolo no son consideradas discriminatorias en los términos del párrafo 2 del Artículo 23.
- b) Las disposiciones de las legislaciones de los Estados Contratantes que no permiten que las regalías, como son definidas en el párrafo 3 del Artículo 12, pagadas por un establecimiento permanente que se encuentre en un Estado Contratante a un residente del otro Estado

Contratante que realice actividades empresariales en el Estado Contratante mencionado en primer lugar por medio de ese establecimiento permanente, sean deducibles en el momento de la determinación de la renta imponible del referido establecimiento permanente, no son discriminatorias en los términos del Artículo 23.

- c) Nada del Artículo 23 de este Convenio afectará la aplicación de la actual disposición del Artículo 31, número 12, contenida en la Ley de la Renta de Chile, aún cuando fuere eventualmente modificada sin alterar su principio general. Sin embargo, la tasa de 30 por ciento a la que se refiere dicha norma se sustituirá por la tasa de 15 por ciento para los beneficiarios efectivos de los pagos por regalías residentes en Brasil.
- d) Para una mayor certeza, se señala que las disposiciones del Artículo 23 del presente Convenio no impiden la aplicación, por un Estado Contratante, de las respectivas normas internas relativas a la subcapitalización o endeudamiento excesivo.

## 8. Disposiciones Generales

- a) Las distribuciones de un Fondo de Inversión Extranjera, constituido u organizado para operar como tal en un Estado Contratante, estarán sujetas a tributación en conformidad con la legislación de ese Estado Contratante.
- b) Considerando que el objetivo principal de este Convenio es evitar la doble imposición internacional y prevenir la evasión fiscal, los Estados Contratantes acuerdan que, en el evento de que las disposiciones del Convenio sean usadas en forma tal que otorguen beneficios no contemplados ni pretendidos por él, las autoridades competentes de los Estados Contratantes deberán, en conformidad al procedimiento de acuerdo mutuo del Artículo 24, recomendar modificaciones específicas al Convenio. Los Estados Contratantes además acuerdan que cualquiera de dichas recomendaciones será considerada y discutida de manera expedita con miras a modificar el Convenio en la medida en que sea necesario.
- c) En el caso que en una fecha posterior se implemente en uno de los Estados Contratante un impuesto sobre el patrimonio, los Estados Contratantes se consultarán a objeto de negociar disposiciones relativas a su tratamiento.





[TRANSLATION - TRADUCTION]

CONVENTION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND  
THE REPUBLIC OF CHILE FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE  
TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH  
RESPECT TO TAXES ON INCOME

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Chile,

Desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income,

Have agreed as follows:

CHAPTER I. SCOPE OF THE CONVENTION

*Article 1. Personal scope*

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

*Article 2. Taxes covered*

1. This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State.

2. There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income or on elements thereof.

3. The taxes to which this Convention shall apply are:

(a) In the Federative Republic of Brazil, the federal income tax (imposto federal sobre a renda) (hereinafter referred to as "Brazilian tax"); and

(b) In the Republic of Chile, the taxes established in the Law on Income Tax (Ley sobre Impuesto a la Renta), Decree-Law 824 (hereinafter referred to as "Chilean tax").

4. The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are established after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the taxes referred to in the previous paragraph. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other annually of any significant changes which have been made in their respective tax laws.

CHAPTER II. DEFINITIONS

*Article 3. General definitions*

1. For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:
  - (a) The term "Brazil" means the Federative Republic of Brazil;
  - (b) The term "Chile" means the Republic of Chile;
  - (c) The terms "a Contracting State" and "the other Contracting State" mean Brazil or Chile, as the context requires;
  - (d) The term "person" includes an individual, entity, company and any other body of persons;
  - (e) The term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
  - (f) The terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
  - (g) The term "international traffic" means any transport by a ship, aircraft or land transport vehicle operated by an enterprise of a Contracting State, except when such transport occurs solely between two places in the other Contracting State;
  - (h) The term "national" means:
    - (i) Any individual or entity possessing the nationality of a Contracting State; or
    - (ii) Any body corporate, partnership or association established in accordance with the laws in force in a Contracting State;
  - (i) The term "competent authority" means:
    - (i) In the case of the Federative Republic of Brazil, the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorized representatives;
    - (ii) In the case of the Republic of Chile, the Minister of Finance or his authorized representative.
2. As regards the application of the Convention at a given time by a Contracting State, any term or expression not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies; the interpretation under the tax laws applicable in that State shall prevail over that under other legislation of that State.

*Article 4. Resident*

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management, place of incorporation or any other criterion of a similar nature, and shall also apply to that State or to any of its political subdivisions.

2. Where, by reason of the provisions of paragraph 1, an individual or entity is a resident of both Contracting States, then the status of such persons shall be determined as follows:

(a) He shall be deemed to be a resident only of the Contracting State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);

(b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he does not have a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;

(c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national; and

(d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where, by reason of the provisions of paragraph 1, a person other than an individual or entity is a resident of both Contracting States, the competent authorities of the Contracting States shall do everything possible to resolve the situation. If no mutual agreement can be reached, such persons shall not be entitled to any of the tax benefits or exemptions provided for in this Convention.

#### *Article 5. Permanent establishment*

1. For the purposes of this Convention, the term "permanent establishment" means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term "permanent establishment" includes especially:

(a) A place of management;

(b) A branch;

(c) An office;

(d) A factory;

(e) A workshop;

(f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place relating to the exploration of natural resources, or to their extraction or exploitation.

3. The term "permanent establishment" also includes a building site or a construction, installation or assembly project which lasts longer than six months, including, for the purposes of calculating the time period, only the supervisory activities relating to such activities.

For the purposes of calculating the time periods referred to in this article, the activities carried on by an enterprise connected to another enterprise within the meaning of article 9 shall be added to the period during which the activities of the enterprise with which it is connected are carried on, if the activities of both enterprises are identical or substantially similar.

4. Notwithstanding the preceding paragraphs of this article, the term "permanent establishment" shall be deemed not to include:

(a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;

(b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;

(c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;

(d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information for the enterprise;

(e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying out publicity, providing information or conducting research, or other similar activities of a preparatory or auxiliary character, for the enterprise.

5. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person - other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies - is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State, an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are restricted to those referred to in paragraph 4, which, if carried on through a fixed place of business, would not make that fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business, and provided that in their commercial or financial relationships with such enterprises they do not agree or impose conditions, whether made or imposed, which are different from those generally granted to independent agencies.

7. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State or which carries on business activities in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise) shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

### CHAPTER III. TAXATION OF INCOME

#### *Article 6. Income from immovable property*

1. Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. For the purposes of this Convention, the term "immovable property" shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in ques-

tion is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting ownership of immovable property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources: ships, boats, aircraft and land transport vehicles shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting or sharing of immovable property, as well as to any other form of use thereof.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

#### *Article 7. Business profits*

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on or has carried on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on or has carried on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State, but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing on a strictly independent basis with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In the determination of the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses that are necessary and effectively incurred for the realization of the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment for the sole reason that it purchases goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

#### *Article 8. Land, sea and air transport*

1. The profits of an enterprise of a Contracting State deriving from the operation of ships, aircraft or land transport vehicles in international traffic shall be taxable only in that Contracting State.

2. For the purposes of this article:

(a) The term "profits" shall include the gross receipts deriving directly from the operation of ships, aircraft or land transport vehicles in international traffic;

(b) The expression "operation of ships, aircraft or land transport vehicles" by an enterprise shall also include:

- (i) The chartering or leasing of aircraft, land transport vehicles or ships without crew; and
- (ii) The leasing of containers and or related equipment, provided that such chartering or leasing is accessory to the operation, by that enterprise, of ships, aircraft or land transport vehicles in international traffic.

3. The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits deriving from participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

#### *Article 9. Associated enterprises*

Where:

(a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or

(b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

#### *Article 10. Dividends*

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed:

(a) 10 per cent of the gross amount of the dividends if the beneficial owner is a company which holds, directly or indirectly, at least 25 per cent of the voting shares of the company paying the dividends;

(b) 15 per cent of the gross amount of the dividends in all other cases.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The term "dividends" as used in this article means income from shares or other rights, with the exception of debt-claims giving entitlement to participation in profits, as

well as income from other participation rights subject to the same tax treatment as income from shares by the laws of the Contracting State of which the company making the distribution is a resident.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 of this article shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5. Where a resident of a Contracting State has a permanent establishment in the other Contracting State, such permanent establishment may be subject to a tax distinct from the tax levied on the profits of the permanent establishment in the other Contracting State, in accordance with the law of that State. However, the tax distinct from the tax on profits may not exceed the limit established in paragraph 2 (a) of this article.

6. Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

#### *Article 11. Interest*

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the interest.

3. The term "interest" as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, as well as any other income that the tax laws of the State in which the interest arises treat as income from loans.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 of this article shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such cases the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.



5. The limitation established in paragraph 2 of this article shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State situated in a third State.

6. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7. Where, owing to a special relationship between the payer and the beneficial owner of the interest or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

8. The provisions of this article shall not apply where the main purpose, or one of the main purposes of any person connected to the creation or granting of the debt-claim in relation to which the interest is paid is thereby to derive benefit from this article.

#### *Article 12. Royalties*

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the royalties.

3. The term "royalties" as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work, including cinematograph films or films, tapes and other means of image and sound reproduction used for radio or television broadcasting, any patent, industrial or commercial trademark, design or model, plan, secret formula or process, or other intangible property or for the use of, or the right to use, industrial, commercial, or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 of this article shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such cases the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or fixed base in connection with which the liability to pay the royalties was incurred, and such royalties are payable by such permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6. Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess portion of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

7. The provisions of this article shall not apply where the main purpose, or one of the main purposes of any person connected to the creation or granting of the rights in relation to which the royalties are paid is thereby to derive benefit from this article.

#### *Article 13. Capital gains*

1. Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State, or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

3. However, gains from the alienation of land transport vehicles, ships or aircraft operated in international traffic, boats engaged in inland waterways transport or movable property pertaining to the operation of such land transport vehicles, ships or aircraft, shall be taxable only in the Contracting State which is competent to tax the business profits of the enterprise in accordance with article 8.

4. Gains from the alienation of any property or right other than those referred to in the preceding paragraphs shall be taxable in both Contracting States.

#### *Article 14. Independent personal services*

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent nature may be taxed only in that State, unless:

(a) The remuneration for such services or activities is paid by a resident of the other Contracting State or is payable by a permanent establishment or fixed base situated in that other State; or

(b) If such person, his employees or other persons designated by him stay in, or if the activities are performed in, the other Contracting State for a period or periods amounting to or exceeding in the aggregate 183 days within any twelve-month period, in which case only so much of the income as is derived from activities performed by that person in the other State may be taxed in that State; or

(c) If such services or activities are performed in the other Contracting State and the recipient has a fixed base regularly available to him in that other State for the purpose of carrying on his activities, but only so much of the income as is attributable to that fixed base.

2. The term "independent personal services" includes especially independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

*Article 15. Dependent personal services*

1. Subject to the provisions of articles 16, 18 and 19, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State, if:

(a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding, in the aggregate, 183 days in any twelve-month period commencing or ending in the fiscal year concerned; and

(b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and

(c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised aboard a land transport vehicle, ship or aircraft operated in international traffic may be taxed only in that State.

*Article 16. Directors' or board members' fees*

Shares, remuneration, fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or of any other administrative or supervisory board of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

*Article 17. Entertainers and athletes*

1. Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State from personal activities performed in the other Contracting State in his capacity as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as an athlete, may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or athlete, in his capacity as such, accrues not to the entertainer or athlete himself but to another person, that income may be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or athlete are exercised.

*Article 18. Pensions*

1. Pensions and other similar remuneration arising in one Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State shall be taxable only in the State in which they arise.

In this paragraph the term "pensions and other similar remuneration" means periodic payments made after retirement in consideration of past employment or in compensation for harm suffered in respect of a previous employment and payments made by, or originating out of, a pension fund that is part of the social security system of a Contracting State.

2. Alimony and other maintenance payments made to a resident of a Contracting State shall be taxable in that State only if they are deductible by the payer. If this is not the case, they shall be taxable only in the State of which the payer is a resident.

*Article 19. Government service*

1. (a) Salaries, wages and other remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual or entity in respect of services rendered to that State or political subdivision or authority shall be taxable only in that State;

(b) However, such salaries, wages and other remuneration shall be taxable in the other Contracting State only if the services are rendered in that State and the individual or entity is a resident of that State who or which:

- (i) Is a national of that State; or
- (ii) Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2. The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to remuneration and pensions in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof.

*Article 20. Students and apprentices*

1. Payments which a student or apprentice, who is, or was, immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State, and who is present in the

first-mentioned Contracting State solely for the purpose of his education or training, receives for the purpose of his maintenance, education or training, shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

2. In respect of grants, scholarships and remuneration from employment not covered by paragraph 1, a student or apprentice described in paragraph 1 shall, in addition, be entitled during such education or training to the same exemptions, reliefs or reductions in respect of taxes available to residents of the State which he is visiting.

*Article 21. Other income*

Income of a resident of a Contracting State not dealt with in the foregoing articles of this Convention and arising in the other Contracting State shall be taxable in that other Contracting State.

CHAPTER IV. METHODS FOR THE ELIMINATION OF DOUBLE TAXATION

*Article 22. Credit method*

1. In Chile, double taxation shall be eliminated as follows:

Where a resident of Chile derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Brazil, he may credit the taxes paid in Brazil against the Chilean taxes corresponding to such income, in accordance with the applicable provisions of Chilean law. This paragraph shall apply to all income covered by this Convention.

2. In Brazil, double taxation shall be eliminated as follows:

Where a resident of Brazil derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Chile, Brazil shall allow a deduction from the tax on the income of that resident, in an amount equal to the income tax paid in Chile, in accordance with the applicable provisions of Brazilian law.

Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which corresponds to the income which may be taxed in Chile.

3. Where, in accordance with any provision of this Convention, the income derived by a resident of a Contracting State is exempt from tax in that State, such State may nevertheless take the exempted income into account in calculating the amount of tax on the remaining income of that resident.

CHAPTER V. SPECIAL PROVISIONS

*Article 23. Non-discrimination*

1. Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith that either is not imposed or is more burdensome than those to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities.

3. This article shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4. Except where the provisions of article 9; article 11, paragraph 7; or article 12, paragraph 6, apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

5. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subject in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which either is not imposed in that State or is more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State, whose capital is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of a third State are or may be subjected.

6. In this article, the term "taxation" means taxes to which this Convention applies.

#### *Article 24. Mutual agreement procedure*

1. Where a resident of a Contracting State considers that the methods adopted by one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under article 23, paragraph 1, to that of the Contracting State of which he is a national.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with this Convention.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purpose of reaching an agreement within the meaning of the preceding paragraphs.

#### *Article 25. Exchange of information*

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic

laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information derived under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to the persons or authorities (including courts and administrative bodies) involved in the assessment or collection of, enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by this Convention. Such persons or authorities shall use the information only for the purposes referred to in this paragraph.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed as imposing on a Contracting State the obligation:

(a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;

(b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;

(c) To supply information which would disclose any commercial, industrial, or professional secret, commercial or industrial process, or information the disclosure of which would be contrary to public policy (*ordre public*).

3. Notwithstanding the provisions of paragraph 2 of this article, the competent authority of the requested Contracting State may, while observing constitutional and legal restrictions, and on the basis of reciprocal treatment, obtain and supply information in the possession of financial institutions, attorneys or individuals acting as representatives, agents or fiduciaries, and information in respect of equity investment or holdings of shares, including bearer shares.

4. Where such information is requested by a Contracting State in accordance with this article, the other Contracting State shall obtain the requested information as it would in respect of its own taxation, regardless of the fact that the other State may not need such information at that time.

#### *Article 26. Diplomatic agents and consular officers*

The provisions of this Convention shall not affect the fiscal privileges of diplomatic agents or consular officers under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

#### *Article 27. Entry into force*

1. Each Contracting State shall notify the other in writing, through the diplomatic channel, of the fulfilment of the internal legal procedures necessary for the entry into force of this Convention. This Convention shall enter into force on the date of receipt of the second notification.

2. The provisions of this Convention shall apply:

(a) In Chile:

In respect of taxes on income derived and amounts paid, remitted, credited or entered in the accounts as expenses, from 1 January of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force; and

(b) In Brazil:

- (i) In respect of taxes withheld at source, amounts paid, remitted or credited on or after 1 January of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force;
- (ii) In respect of other taxes covered by the Convention in relation to income derived during the financial year beginning on or after 1 January of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force.

3. The Agreement for the Avoidance of Double Taxation on Income deriving from Maritime and Air Transport, concluded in Santiago on 17 and 18 June 1976 between Brazil and Chile, shall cease to have effect on the date on which this Convention enters into force, in respect of the taxes to which it applies, in accordance with paragraph 1 of this article.

#### *Article 28. Termination*

1. Either Contracting State may notify the other State in writing, through the diplomatic channel, of its termination of the Convention at the latest by 30 June of each calendar year after the period of three years following its entry into force.

2. In this case, the provisions of the Convention shall cease to have effect:

(a) In Chile:

In respect of taxes on income derived and of amounts paid, remitted, credited or entered in the accounts as expenses, from 1 January of the calendar year immediately following;

(b) In Brazil:

- (i) In respect of taxes withheld at source, to amounts paid, remitted or credited on or after 1 January of the calendar year immediately following the year in which the termination occurs;
- (ii) In respect of other taxes covered by this Convention, to income derived during the financial year beginning on or after 1 January of the calendar year immediately following the calendar year in which the termination occurs.

In witness whereof the undersigned, duly authorized for this purpose, have signed this Convention.



DONE at Santiago on 3 April 2001, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL  
Secretary of Federal Revenue

For the Government of the Republic of Chile:

NICOLÁS EYZAGUIRRE GUZMÁN  
Minister of Finance

PROTOCOL TO THE CONVENTION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE REPUBLIC OF CHILE FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME

On signing the Convention between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Chile for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, the undersigned, being duly authorized thereto, agreed on the following provisions, which constitute an integral part of the Convention.

1. With reference to article I

(a) Any question that may arise regarding the interpretation or application of this Convention and, in particular, regarding whether a tax measure is included within the scope of this Convention, shall be resolved exclusively in accordance with the provisions of article 24 of this Convention, and

(b) The provisions of article II and article XVII of the General Agreement on Trade in Services shall not apply to a tax measure unless the competent authorities agree that this measure is not included within the scope of article 23 of this Convention.

2. With reference to article 7

It shall be understood that the provisions of article 7, paragraph 3, shall apply whether the expenses are incurred in the State in which the permanent establishment is situated or in another location.

3. With reference to article 10, paragraphs 2 and 5

In the case of Chile:

(a) The provisions of article 10, paragraphs 2 and 5, of this Convention shall not limit the imposition of the Additional Tax, provided that:

(i) The First Category Tax may be fully credited against the Additional Tax to be paid, and

(ii) The rate of the Additional Tax does not exceed 42 per cent.

Furthermore, where one of the conditions set forth in (i) and (ii), above, ceases to apply, the provisions of article 10, paragraphs 2 and 5, shall not limit taxation in either Contracting State. In this case, the Contracting States shall consult each other in order to amend this Convention with a view to restoring the equality of its benefits.

(b) In the same way, the provisions of article 10, paragraphs 2 and 5, of this Convention shall not limit the application of the Additional Tax in the case of withdrawals or remittances of profits or dividends paid by an enterprise when the investment is subjected to a foreign investment contract covered by the Statute on Foreign Investment (Decree-Law 600), provided that the total effective tax burden on the income does not exceed 42 per cent.

4. With reference to article 11, paragraph 4

Payments made as "remuneration on owner's equity" in accordance with article 9 of Brazil's Act No. 9,249/95 shall be regarded as interest for the purposes of article 11, para-

graph 3, provided that they are deductible for the purposes of determining the income of the body corporate.

5. With reference to article 12, paragraph 3

The provisions of article 12, paragraph 3, shall apply to income deriving from the provision of technical services and technical assistance.

6. With reference to article 14

If, after the date of signature of this Convention, Brazil concludes a convention with another State which contains a provision signifying in some way renunciation of the principle established in article 14, paragraph 1 (a), of this Convention for determination of the right of taxation of a Contracting State in relation to income derived from the provision of professional services or other activities of an independent nature, then, from the date on which the convention concluded with that other State enters into force, the rule set forth in article 14, paragraph 1 (a), of the present Convention shall cease to have effect.

7. With reference to article 23

(a) The provisions of article 10, paragraph 5, of the Convention and paragraph 3 of the Protocol shall not be regarded as discriminatory within the meaning of article 23, paragraph 2.

(b) The provisions of the laws of the Contracting States whereby royalties, as defined in article 12, paragraph 3, paid by a permanent establishment in one Contracting State to a resident of the other Contracting State carrying on business in the first-mentioned Contracting State through that permanent establishment, may not be deducted when determining the taxable income of the said permanent establishment, shall not be discriminatory within the meaning of article 23.

(c) Nothing in article 23 of this Convention shall affect the application of the current provisions of article 31, paragraph 12, of Chile's Income Act, even if it were to be amended without change to its general principle. However, the rate of 30 per cent referred to in that Act shall be replaced by the rate of 15 per cent in the case of royalty payments to beneficial owners who are residents of Brazil.

(d) It should be clearly understood that the provisions of article 23 of this Convention shall not prevent the application by a Contracting State of its respective domestic laws regarding under-capitalization and excessive indebtedness.

8. General provisions

(a) Distributions of a foreign investment fund constituted or organized to operate as such in a Contracting State shall be subject to taxation in accordance with the laws of that Contracting State.

(b) Considering that the main objective of this Convention is to avoid international double taxation and prevent fiscal evasion, the Contracting States agree that if the provisions of the Convention are used in such a way as to grant benefits not provided for or intended therein, the competent authorities of the Contracting States shall, in accordance with the mutual agreement procedure set forth in article 24, recommend specific amendments to the Convention. The Contracting States further agree that any such recommendation shall

be considered and deliberated upon in an expeditious manner, with a view to amending the Convention to the extent necessary.

(c) If a property tax is subsequently implemented in a Contracting State, the Contracting States shall consult each other with a view to negotiating provisions for its treatment.

In witness whereof the undersigned, duly authorized for this purpose, have signed this Protocol.

DONE at Santiago on 3 April 2001, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

**For the Government of the Federative Republic of Brazil:**

**EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL**  
**Secretary of Federal Revenue**

**For the Government of the Republic of Chile:**

**NICOLÁS EYZAGUIRRE GUZMÁN**  
**Minister of Finance**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

CONVENTION ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA  
RÉPUBLIQUE DU CHILI TENDANT À ÉVITER LA DOUBLE IMPOSI-  
TION ET À PRÉVENIR L'ÉVASION FISCALE EN MATIÈRE D'IMPÔTS  
SUR LE REVENU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Chili,

Désireux de conclure une Convention tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu,

Sont convenus de ce qui suit :

CHAPITRE I. PORTÉE DE LA CONVENTION

*Article premier. Personnes visées*

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents de l'un des États contractants ou des deux États contractants.

*Article 2. Impôts visés*

1. La présente Convention s'applique aux impôts sur le revenu prélevés au nom d'un État contractant.

2. Seront considérés comme impôts sur le revenu tous les impôts sur le revenu total ou les éléments dudit revenu.

3. Les impôts auxquels s'applique la présente Convention sont :

a. En République fédérative du Brésil, l'impôt fédéral sur le revenu (imposto federal sobre a renda) (ci-après dénommé l'"impôt brésilien") ; et

b. Pour la République chilienne, les impôts sur le revenu établis dans la Loi relative à l'impôt sur le revenu (Ley sobre Impuesto a la Renta), Décret-Loi 824 (ci-après dénommé l'"impôt chilien").

4. La présente Convention s'applique également à tout impôt de nature identique ou analogue qui serait établi après la date de signature de la Convention et qui s'ajouterait ou se substituerait aux impôts actuels mentionnés ci-dessus. Les autorités compétentes des États contractants se communiquent les modifications importantes qui seraient apportées à leur législation fiscale respective.

## CHAPITRE II. DÉFINITIONS

### Article 3. Définitions générales

1. Aux fins de la présente Convention et à moins que le contexte n'appelle une interprétation différente :

- a. Le terme " Brésil " s'entend de la République fédérative du Brésil ;
- b. Le terme " Chili " s'entend de la République du Chili ;
- c. Les expressions " un État contractant " et " l'autre État contractant " s'entendent du Brésil ou du Chili, selon le contexte ;
- d. Le terme " personne " s'entend des personnes physiques, des sociétés ou de tout autre groupement de personnes ;
- e. Le terme " société " s'entend de toute personne morale ou entité assimilée à une personne morale vis-à-vis de l'impôt ;
- f. Les expressions " entreprise d'un État contractant " et " entreprise de l'autre État contractant " s'entendent respectivement d'une entreprise exploitée par une personne qui est un résident de l'un des États contractants et d'une entreprise exploitée par une personne qui est un résident de l'autre État contractant ;
- g. L'expression " trafic international " s'entend de tout transport effectué par un navire ou un aéronef ou un véhicule de transport routier exploité par une entreprise dont le siège de direction effective est situé dans un État contractant, sauf lorsque ledit transport n'est exploité qu'entre des points situés dans l'autre État contractant ;
- h. Le terme " ressortissant " s'entend :
  - i. De toute personne physique possédant la nationalité d'un État contractant ;  
ou
  - ii. De toute personne morale, association ou entité créée en vertu du droit en vigueur dans un État contractant ;
- i. L'expression " autorité compétente " s'entend :
  - i. En République fédérative du Brésil, du Ministre des finances, du Secrétaire aux recettes fédérales ou de leurs représentants autorisés ;
  - ii. Dans le cas de la République du Chili, du Ministre des finances ou de son représentant autorisé.

2. Aux fins d'application de la présente Convention par l'un des États contractants à un moment donné, toute expression qui n'est pas définie dans ladite Convention a le sens que lui attribue, à ce moment, la législation dudit État contractant concernant les impôts auxquels s'applique la Convention, à moins que le contexte n'appelle une interprétation différente. L'interprétation en vertu des lois fiscales applicables dans ledit État prévaut sur celle de toute autre législation dudit État.

*Article 4. Résident*

1. Aux fins de la présente Convention, l'expression " résident d'un État contractant " s'entend de toute personne qui, en vertu de la législation dudit État, y est assujettie à l'impôt en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction, du lieu de contribution de l'entreprise ou de tout autre critère similaire et s'applique également audit État et à ses subdivisions politiques.

2. Aux termes des dispositions du paragraphe 1, lorsqu'une personne physique ou morale est un résident des deux États contractants, sa situation sera déterminée de la façon suivante :

a. Cette personne est considérée comme un résident de l'État où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent ; si elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans les deux États, elle est considérée comme un résident de l'État avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits ( centre des intérêts vitaux) ;

b. Si l'État dans lequel la personne a son centre d'intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou si ladite personne ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des États contractants, elle est considérée comme un résident de l'État où elle séjourne de façon habituelle ;

c. Si elle séjourne de façon habituelle dans les deux États contractants ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun des deux, elle est considérée comme un résident de l'État contractant dont elle est un ressortissant ; et

d. Si la personne est un ressortissant des deux États contractants ou n'est un ressortissant ni de l'un ni de l'autre, les autorités compétentes des deux États contractants tranchent la question d'un commun accord.

3. Lorsqu'en vertu des dispositions du paragraphe 1, une personne autre qu'une personne physique ou morale est un résident des deux États contractants, les autorités compétentes des États contractants s'efforceront de résoudre la question. En l'absence d'un accord mutuel, lesdites personnes ne bénéficieront d'aucun des avantages ou exonérations fiscaux prévus dans la présente Convention.

*Article 5. Établissement stable*

1. Aux fins de la présente Convention, l'expression " établissement stable " s'entend d'une installation fixe d'affaires par l'intermédiaire de laquelle une entreprise exerce tout ou partie de ses activités.

2. L'expression "établissement stable " comprend notamment :

a. Un siège de direction ;

b. Une succursale ;

c. Un bureau ;

d. Une usine ;

e. Un atelier ;

f. Une mine, un puits de pétrole ou de gaz, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles, ou leur extraction ou exploitation.

3. L'expression " établissement stable " comprend également un chantier de travaux ou de construction, de montage ou d'installation, ou tout projet de montage d'une durée supérieure à six mois, y compris, aux fins de calculer la durée, les seules activités de supervision ayant trait auxdites activités.

Aux fins du calcul de la durée susmentionnée, les activités effectuées par une entreprise en relation avec une autre entreprise aux fins de l'Article 9 seront ajoutées à la durée des activités de l'entreprise avec laquelle elle est liée, si les activités des deux entreprises sont identiques ou en grande partie similaires.

4. Nonobstant les paragraphes qui précèdent, l'expression " établissement stable " ne s'applique pas :

a. À l'utilisation d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de biens ou de marchandises appartenant à l'entreprise ;

b. Au maintien d'un stock de biens ou de marchandises appartenant à l'entreprise aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison ;

c. À l'entretien d'un stock de biens ou de marchandises appartenant à l'entreprise aux seules fins de leur transformation par une autre entreprise ;

d. Au maintien d'un lieu fixe d'affaires aux seules fins d'acheter des biens ou des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise ;

e. Au maintien d'un lieu fixe d'affaires aux seules fins d'exercer pour l'entreprise des activités publicitaires, de dispenser des renseignements ou d'effectuer des recherches ou autres activités similaires de caractère préparatoire ou auxiliaire.

5. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, lorsqu'une personne - autre qu'un agent indépendant auquel s'applique le paragraphe 6 - agit au nom d'une entreprise et dispose, dans un État contractant, du pouvoir qu'elle exerce habituellement de conclure des contrats au nom de cette entreprise, celle-ci sera réputée disposer d'un établissement stable dans cet État au titre de toutes les activités que ladite personne exerce en son nom, à moins que les activités de ladite personne ne soient limitées à celles qui sont mentionnées au paragraphe 4 et qui, exercées par l'intermédiaire d'une installation fixe d'affaires, n'en feraient pas un établissement stable en vertu des dispositions dudit paragraphe.

6. Une entreprise ne sera pas réputée disposer d'un établissement stable dans un État contractant du seul fait qu'elle y exerce une activité par l'entremise d'un courtier, d'un agent général à la commission ou de tout autre agent indépendant, si cette personne agit dans le cadre ordinaire de ses activités, et à condition de ne pas accepter ou imposer dans leurs relations commerciales ou financières des conditions différentes de celles généralement accordées à des agences indépendantes.

7. Le fait qu'une société qui est un résident d'un État contractant contrôle, ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre État contractant ou y exerce une activité (que ce soit ou non par l'intermédiaire d'un établissement stable) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une de ces sociétés un établissement stable de l'autre.



CHAPITRE III. IMPOSITION DES REVENUS

*Article 6. Revenus de biens immobiliers*

1. Les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de biens immobiliers (y compris d'exploitations agricoles ou forestières) situés dans l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

2. Aux fins de la présente Convention, l'expression " biens immobiliers " a la signification que lui donne la législation de l'État contractant où est situé le bien en question. Dans tous les cas, elle comprend les accessoires, le cheptel et le matériel servant aux exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immeubles et les droits à des paiements variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de gisements miniers, sources et autres ressources naturelles ; les navires, bateaux et aéronefs ainsi que les véhicules de transport routier ne sont pas considérés comme des biens immeubles.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus tirés de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage ou de toute autre forme d'exploitation de biens immeubles.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant de biens immeubles d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immeubles servant à l'exercice d'une profession indépendante.

*Article 7. Bénéfices des entreprises*

1. Les bénéfices d'une entreprise d'un État contractant ne sont imposables que dans cet État contractant, à moins que l'entreprise n'exerce ou n'ait exercé une activité dans l'autre État contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Si l'entreprise exerce ou a exercé son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre État contractant, mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables à cet établissement stable.

2. Sous réserve des dispositions du paragraphe 3, lorsqu'une entreprise d'un État contractant exerce une activité dans l'autre État contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque État contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il est un établissement stable.

3. Pour déterminer les bénéfices d'un établissement stable, on déduit les dépenses nécessaires et exposées aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration.

4. Nul bénéfice ne peut être imputé à un établissement stable au seul motif que cet établissement achète des biens ou marchandises pour le compte de l'entreprise.

5. Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu qui sont traités séparément dans d'autres articles de la présente Convention, les dispositions desdits articles ne sont pas affectées par les dispositions du présent Article.

*Article 8. Transports routiers, maritimes et aériens*

1. Les bénéfices qu'une entreprise d'un État contractant tire de l'exploitation en trafic international de navires, de véhicules de transport routier et d'aéronefs sont imposables exclusivement dans ledit État contractant.

2. Aux fins du présent Article :

a. Le terme " bénéfices " comprend les recettes brutes provenant directement de l'exploitation de navires, aéronefs ou véhicules de transport routier en trafic international ;

b. L'expression " exploitation de navires, d'aéronefs et de véhicules de transport routier " par une entreprise couvre également :

i. L'affrètement et le leasing d'aéronefs, de véhicules de transport routier ou de navires à l'exclusion de l'équipage ; et

ii. Le leasing de conteneurs ou de matériel connexe, à condition que ledit affrètement ou leasing soit lié à l'exploitation pour ladite entreprise des navires, aéronefs ou véhicules de transport routier en trafic international.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent également aux bénéfices provenant de la participation à un pool, à une exploitation en commun ou à un organisme international d'exploitation.

*Article 9. Entreprises associées*

1. Si :

a. Une entreprise d'un État contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre État contractant ; ou si

b. Les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un État contractant et d'une entreprise de l'autre État contractant ;

et si, dans l'un ou l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions convenues ou imposées qui diffèrent de celles qui seraient convenues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été réalisés par l'une des entreprises mais ne l'ont pas été à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

*Article 10. Dividendes*

1. Les dividendes payés par une société résidant dans un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

2. Toutefois, lesdits dividendes sont aussi imposables dans l'État contractant dont la société qui paie ces dividendes est un résident, et selon la législation de cet État, mais si la personne qui reçoit ces dividendes est résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi levé ne peut excéder :

a. 10 % du montant brut des dividendes si leur bénéficiaire effectif est une société qui détient directement ou indirectement au moins 25 % des actions donnant droit de vote de la société payant les dividendes.

b. 15 % du montant brut des dividendes dans tous les autres cas.

Le présent paragraphe n'a aucun effet sur l'imposition de la société en ce qui concerne les bénéfices sur lesquels les dividendes sont payés.

3. Le terme " dividendes " employé dans le présent Article désigne les revenus provenant d'actions ou d'autres droits, à l'exception des créances donnant droit à la participation aux bénéfices, ainsi que les revenus d'autres droits de participation soumis au même régime fiscal que les revenus d'actions par la législation de l'État contractant dont la société distributrice est résidente.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 du présent Article ne s'appliquent pas si le bénéficiaire effectif des dividendes, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant une activité par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, ou accompli dans ledit autre État des services indépendants à partir d'une base fixe qui y est située, et que la participation génératrice de dividendes se rattache effectivement à cet établissement stable ou à cette base fixe. Les dispositions applicables en pareil cas sont celles de l'Article 7 ou de l'Article 14, suivant le cas.

5. Lorsqu'un résident d'un État contractant possède un établissement stable dans l'autre État contractant, ledit établissement stable peut être assujéti à un impôt distinct de l'impôt prélevé sur les bénéfices de l'établissement stable dans l'autre État contractant, conformément à la législation de ce dernier. Toutefois, l'impôt distinct de l'impôt sur les bénéfices ne pourra pas dépasser la limite établie au paragraphe 2(a) du présent Article.

6. Lorsque la société qui est un résident d'un État contractant reçoit des bénéfices ou des revenus provenant de l'autre État contractant, cet autre État contractant ne peut prélever aucun impôt sur les dividendes versés par la société, sauf dans la mesure où lesdits dividendes sont payés à un résident de cet autre État contractant ou dans la mesure où la participation génératrice des dividendes se rattache effectivement à un établissement stable ou à une base fixe situés dans cet autre État contractant, ni prélever aucun impôt au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre État contractant.

#### *Article 11. Intérêts*

1. Les intérêts produits dans un État contractant et versés à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans ledit autre État.

2. Toutefois, ces intérêts peuvent également être imposés dans l'État contractant où ils ont leur source et conformément à la législation de cet État, mais si le bénéficiaire effectif est un résident de l'autre État contractant, ledit impôt ne dépassera pas 15 % du montant brut des intérêts.

3. Le terme " intérêts " tel qu'il est utilisé dans le présent Article s'entend des revenus des créances de toute nature avec ou sans garantie hypothécaire, et en particulier les reve-

nus découlant des titres d'État ainsi que des obligations, et tout autre revenu que la législation fiscale de l'État contractant d'où ils proviennent considère comme revenus de somme prêté.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 du présent Article ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des intérêts, réside d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant d'où proviennent les intérêts, par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, une activité économique ou une profession indépendante à partir d'une base fixe qui y est située, et que la créance génératrice des intérêts se rattache effectivement à cet établissement stable ou à cette base fixe. Dans ces cas, les dispositions de l'Article 7 ou de l'Article 14 s'appliquent, selon le cas.

5. Les limites établies au paragraphe 2 du présent Article ne s'appliquent pas aux intérêts provenant d'un État contractant et payés à un établissement stable d'une entreprise de l'autre État contractant situé dans un État tiers.

6. Les intérêts sont considérés comme provenant d'un État contractant lorsque le débiteur est un résident de cet État. Toutefois, lorsque la personne payant les intérêts, étant ou non résidente d'un État contractant, possède dans un État contractant un établissement stable ou une base fixe pour lesquels la dette donnant lieu au paiement des intérêts a été contractée et qui supporte la charge desdits intérêts, ceux-ci sont considérés comme provenant de l'État contractant où se trouve l'établissement stable ou la base fixe.

7. Lorsqu'en raison de relations spéciales entre le débiteur et le bénéficiaire effectif des intérêts ou entre l'un et l'autre d'une part et des tierces personnes de l'autre, le montant des intérêts, relatifs à la créance pour laquelle ils sont payés, dépasse celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent Article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque État contractant en vertu des autres dispositions de la présente Convention.

8. Les dispositions du présent Article ne s'appliquent pas dans le cas où le principal objectif ou l'un des principaux objectifs de toute personne liée à la création ou à l'octroi de la créance pour laquelle les intérêts sont versés est de bénéficier des dispositions du présent Article.

#### *Article 12. Redevances*

1. Les redevances relevant d'un État contractant et versées à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans ledit autre État.

2. Toutefois, lesdites redevances peuvent également être imposées dans l'État contractant où elles ont leur source et conformément à la législation de cet État, mais si le bénéficiaire effectif des redevances est un résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi mis à sa charge ne doit pas dépasser 15 % du montant brut desdites redevances.

3. Au sens du présent Article, " redevances " s'entend des rémunérations de toute nature payées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une oeuvre littéraire, scientifique ou artistique (y compris les films cinématographiques et les enregistrements servant à des émissions de radiophonie ou de télévision), ou d'un brevet, d'une technique, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle,

d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets ou d'autres biens incorporels ou pour l'emploi de matériels à usage industriel, commercial ou scientifique, ou pour des informations concernant une expérience acquise dans un domaine industriel, commercial ou scientifique.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des redevances, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant dont proviennent les redevances, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante à partir d'une base fixe qui y est située, et que le droit ou le bien générateur des redevances se rattache effectivement à l'établissement stable ou à la base fixe en question. Les dispositions applicables en pareil cas sont celles de l'Article 7 ou de l'Article 14 en fonction des circonstances.

5. Les redevances sont considérées comme provenant d'un État contractant lorsque le débiteur est un résident dudit État. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non résident d'un État contractant, possède dans un État contractant un établissement stable ou une base fixe pour les besoins desquels l'engagement donnant lieu aux redevances a été contracté et lorsque lesdites redevances sont payables par ledit établissement stable ou ladite base fixe, les redevances en question sont considérées comme provenant de l'État contractant où se trouve l'établissement stable ou la base fixe.

6. Lorsqu'en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif des redevances, ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des redevances, compte tenu de l'usage, du droit ou de l'information pour lesquelles elles sont payées, excède pour quelque motif que ce soit celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent Article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements est imposable selon la législation de chaque État contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

7. Les dispositions du présent Article ne s'appliquent pas dans les cas où le principal objectif, ou l'un des principaux objectifs de toute personne participant à la création ou à l'octroi des droits pour lesquels les redevances sont versées est de bénéficier des dispositions du présent Article.

#### *Article 13. Plus-values*

1. Les plus-values qu'un résident d'un État contractant réalise à la cession de biens immeubles situés dans l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État contractant.

2. Les plus-values résultant de la cession de biens meubles qui font partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un État contractant a dans l'autre État contractant ou de biens meubles qui appartiennent à une base fixe dont un résident d'un État contractant dispose dans l'autre État contractant pour l'exercice d'une profession indépendante, y compris les plus-values résultant de la cession de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre État.

3. Toutefois, les plus-values réalisées à la cession de véhicules routiers, navires ou d'aéronefs exploités en trafic international ou de biens meubles affectés à l'exploitation de ces véhicules, navires ou aéronefs exploités en trafic international ou de biens meubles af-

fectés à leur exploitation sont exclusivement imposables dans l'État contractant compétent pour imposer les bénéfices de l'entreprise conformément à l'Article 8.

4. Les plus-values réalisées à la cession de tout bien autre que ceux visés aux paragraphes précédents sont imposables dans les deux États contractants.

#### *Article 14. Professions indépendantes*

1. les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de l'exercice d'une profession libérale ou d'autres activités de caractère indépendant sont imposables exclusivement dans cet État ; toutefois, ces revenus sont aussi imposables dans l'autre État contractant dans les cas suivants :

a. Pour lesdits services ou activités, la rémunération est payée par un résident de l'autre État contractant ou versée par un établissement stable ou une base fixe situés dans ledit autre État ; ou

b. Si ladite personne, ses employés ou d'autres personnes qu'elle aura désignées séjournent dans l'autre État contractant pendant une ou des périodes ne dépassant pas au total 183 jours sur 12 mois consécutifs, ou si les activités sont accomplies dans l'autre État contractant dans les mêmes conditions. Dans ces cas, seule la partie du revenu provenant des activités effectuées par ladite personne dans l'autre État sont imposables dans ledit État ; ou

c. Si lesdits services ou activités sont accomplis dans l'autre État contractant et si le bénéficiaire possède dans ledit autre État une base fixe disponible de façon régulière aux fins d'accomplir ses activités ; toutefois, la partie des revenus imposables se limite à l'élément imputable à ladite base fixe.

2. On entend par " profession indépendante " notamment l'exercice d'activités indépendantes d'ordre technique, scientifico-littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que la pratique libérale des médecins, chirurgiens, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et experts-comptables.

#### *Article 15. Professions dépendantes*

1. Sous réserve des dispositions des Articles 16, 18 et 19, les salaires, traitements et autres rémunérations analogues qu'un résident d'un État contractant reçoit au titre d'un emploi sont imposables exclusivement dans cet État contractant, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre État contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre État.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, la rémunération qu'un résident d'un État contractant reçoit au titre d'un emploi exercé dans l'autre État contractant est exclusivement imposable dans le premier État si les trois conditions ci-après sont remplies :

a. Le bénéficiaire séjourne dans l'autre État contractant pendant une ou plusieurs périodes d'une durée totale n'excédant pas 183 jours pendant l'exercice budgétaire considéré ;

b. La rémunération est payée par un employeur ou pour le compte d'un employeur qui n'est pas un résident de l'autre État contractant ;

c. La charge de rémunération n'est pas supportée par un établissement stable ou par une base fixe que l'employeur a dans l'autre État contractant.

3. Nonobstant les dispositions qui précèdent, les rémunérations reçues par un résident d'un État contractant au titre d'un emploi exercé à bord d'un véhicule routier, navire ou d'un aéronef exploité en trafic international par une entreprise d'un État contractant sont imposables exclusivement dans ledit État contractant.

#### *Article 16. Tantièmes d'administrateurs*

Les tantièmes, jetons de présence et autres rémunérations analogues qu'un résident d'un État contractant reçoit à titre de membre du conseil d'administration ou de tout organe administratif ou de supervision qui est un résident de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

#### *Article 17. Artistes et sportifs*

1. Nonobstant les dispositions des Articles 14 et 15, les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de ses activités personnelles exercées dans l'autre État contractant, en tant qu'artiste du spectacle, tel qu'un artiste de théâtre, de cinéma, de radio ou de télévision, ou en tant que musicien ou sportif, sont imposables dans cet autre État contractant.

2. Lorsque les revenus d'activités qu'un professionnel du spectacle ou un sportif exerce personnellement sont versés non au professionnel ou sportif lui-même mais à une autre personne, ces revenus sont imposables, nonobstant les dispositions des Articles 7, 14 et 15, dans l'État contractant où les activités du professionnel du spectacle ou du sportif sont exercées.

#### *Article 18. Pensions*

1. Les pensions et autres rémunérations similaires provenant d'un État contractant et versées à un résident de l'autre État contractant ne sont imposables que dans l'État d'où elles proviennent.

Aux fins du présent paragraphe, l'expression " pensions et autres rémunérations similaires " s'entend des versements périodiques effectués après la mise à la retraite au titre d'un emploi antérieur ou à titre de compensation pour des dommages subis dans l'exercice dudit emploi et des paiements versés par une caisse de retraite ou provenant d'une caisse de retraite faisant partie du régime de sécurité sociale d'un État contractant.

2. Les pensions et autres paiements d'entretien versés à un résident d'un État contractant ne sont imposables dans ledit État que si le payeur peut bénéficier de cette déduction fiscale. Dans le cas contraire, les paiements en question ne sont imposables que dans l'État dont le payeur est un résident.

*Article 19. Fonction publique*

1. a. Les salaires, traitements et autres rémunérations, autres qu'une pension, payés par un État contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou l'une de ses collectivités locales à une personne physique ou morale au titre de services rendus audit État ou auxdites subdivisions politiques ou collectivités ne sont imposables que dans cet État ;

b. Toutefois, lesdits salaires, traitements et autres rémunérations sont imposables dans l'autre État contractant si les services en question sont rendus dans cet autre État contractant et si la personne physique ou morale est un résident dudit État qui :

i. Est un ressortissant de cet État ; ou

ii. N'est pas devenu un résident de cet État à la seule fin de rendre les services en question.

2. Les dispositions des Articles 15, 16, 17 et 18 s'appliquent aux rémunérations et aux pensions versées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité professionnelle, industrielle ou commerciale exercée par un État contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales.

*Article 20. Étudiants et apprentis*

1. Les paiements reçus par un étudiant ou un apprenti qui est ou qui était immédiatement avant de se rendre dans un État contractant un résident de l'autre État contractant et qui séjourne dans le premier État contractant mentionné aux seules fins d'y poursuivre son éducation ou sa formation, aux fins de sa subsistance, de son éducation ou de sa formation, ne sont pas imposables dans ledit État à condition qu'ils proviennent de sources extérieures audit État.

2. En ce qui concerne les aides, bourses et rémunérations qui ne sont pas visées au paragraphe 1, un étudiant ou un stagiaire décrit au paragraphe 1 aura également droit pendant la durée de ses études ou de sa formation de bénéficier des mêmes exonérations, dégrèvements ou réductions d'impôts que les résidents de l'État contractant dans lequel il séjourne.

*Article 21. Autres revenus*

Les revenus d'un résident de l'un des États contractants provenant de l'autre État contractant qui ne sont pas mentionnés dans la présente Convention sont imposables dans cet autre État contractant.

CHAPITRE IV. MÉTHODES EN VUE DE L'ÉLIMINATION DE LA DOUBLE IMPOSITION

*Article 22. Méthode de crédit*

1. Au Chili, la double imposition sera éliminée comme suit :

Lorsqu'un résident du Chili perçoit des revenus qui, en vertu des dispositions de la présente Convention sont imposables au Brésil, il peut déduire de cet impôt le montant payé au Brésil pour ledit revenu, conformément aux dispositions applicables de la législation



chilienne. Le présent paragraphe s'applique à tous les revenus couverts par la présente Convention.

2. Au Brésil, la double imposition peut être éliminée comme suit :

Lorsqu'un résident du Brésil perçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la présente Convention, sont imposables au Chili, le Brésil lui accorde la déduction de l'impôt sur le revenu d'un montant égal à l'impôt effectivement payé au Chili, conformément aux dispositions applicables de la législation brésilienne.

Toutefois, cette déduction ne peut pas dépasser la fraction de l'impôt sur le revenu, calculé avant la déduction, correspondant aux revenus imposables au Chili.

3. Lorsque, conformément à toute disposition de la présente Convention, le revenu perçu par un résident d'un État contractant est exonéré de l'impôt dans ledit État, ce dernier peut toutefois tenir compte des revenus exonérés pour le calcul de l'impôt sur le reste des revenus de ce résident.

## CHAPITRE V. DISPOSITIONS PARTICULIÈRES

### *Article 23. Non-discrimination*

1. Les ressortissants d'un État contractant ne sont soumis dans l'autre État contractant à aucune imposition ni obligation y relative qui soit autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourraient être assujettis les ressortissants de cet autre État qui se trouvent dans les mêmes circonstances.

2. L'imposition d'un établissement stable dont une entreprise d'un État contractant dispose dans l'autre État contractant ne sera pas établie dans cet autre État d'une façon moins favorable que celle des entreprises de cet autre État qui exercent les mêmes activités.

3. La présente disposition ne pourra être interprétée comme obligeant un État contractant à accorder aux résidents de l'autre État contractant les indemnités, dégrèvements et abattements fiscaux qu'il accorde à titre personnel à ses résidents du fait de leur situation matrimoniale ou de leurs responsabilités familiales.

4. Sauf lorsque s'appliquent les dispositions de l'Article 9, du paragraphe 7 de l'Article 11 ou du paragraphe 6 de l'Article 12, les intérêts, dividendes et autres montants versés par une entreprise d'un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont, pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, admis en déduction, selon les mêmes conditions que s'ils avaient été versés à un résident du premier État.

5. Les entreprises d'un État contractant dont tout ou partie du capital est détenu ou contrôlé, directement ou indirectement, par un ou plusieurs résidents de l'autre État contractant ne seront soumises, dans le premier État, à aucune imposition ni obligation y relative qui soit autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourraient être assujetties d'autre entreprise similaires de ce premier État dont le capital est en tout ou en partie détenu ou contrôlé, directement ou indirectement par un ou plusieurs résidents d'un État tiers.

6. Dans le présent Article, le terme " imposition " s'entend des impôts auxquels s'applique la Convention.

*Article 24. Procédure amiable*

1. Lorsqu'un résident d'un État contractant estime que des mesures prises par l'un des États contractants ou par les deux entraînent ou entraîneront une imposition non conforme à la présente Convention, il pourra, nonobstant les droits de recours internes de ces États, soumettre son cas à l'autorité compétente de l'État contractant dont il est résident ou, si son cas est couvert par le paragraphe 1 de l'Article 23, à celle de l'État contractant dont il est ressortissant.

2. L'autorité compétente s'efforcera, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'y apporter une solution satisfaisante, de résoudre le cas par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre État contractant en vue d'éviter une imposition non conforme à la présente Convention.

3. Les autorités compétentes des États contractants s'efforceront, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels pourront donner lieu l'interprétation ou l'application de la Convention.

4. Les autorités compétentes des États contractants pourront communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord au sens des paragraphes précédents.

*Article 25. Échange de renseignements*

1. Les autorités compétentes des États contractants échangent les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente Convention ou celles de la législation interne des États contractants relatives aux impôts visés par la Convention, dans la mesure où l'imposition qu'elle prévoit n'est pas contraire à la Convention, notamment en vue de prévenir la fraude ou l'évasion fiscales. L'échange de renseignements n'est pas restreint par l'Article premier. Les renseignements reçus par un État contractant sont tenus secrets de la même manière que les renseignements obtenus en application de la législation interne de cet État et ne sont communiqués qu'aux personnes ou autorités (y compris les tribunaux et les organes administratifs) concernés par l'établissement ou le recouvrement des impôts visés par la Convention, par les procédures ou poursuites concernant ces impôts ou par les décisions sur les recours relatifs à ces impôts. Les personnes ou autorités n'utilisent ces renseignements qu'à ces fins.

2. En aucun cas, les dispositions du paragraphe 1 ne doivent être considérées comme imposant à un État contractant l'obligation de :

a. Prendre des mesures administratives dérogeant à sa législation et à sa pratique administrative ou à celles de l'autre État contractant ;

b. Fournir des renseignements qui ne pourraient pas être obtenus sur la base de sa législation ou dans le cadre de sa pratique administrative normale ou de celles de l'autre État contractant ;

c. Fournir des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel ou professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

3. Nonobstant les dispositions du paragraphe 2 du présent Article, l'autorité compétente de l'État contractant requis peut, dans les limites des restrictions constitutionnelles et juridiques, et sur la base d'un traitement réciproque, obtenir et fournir des renseignements que possèdent des institutions financières, des avocats ou des personnes agissant comme représentants, agents ou gardiens ainsi que des renseignements concernant le capital social ou les participations, y compris les actions au porteur.

4. Dans le cas où lesdites informations sont demandées par un État contractant conformément au présent Article, l'autre État contractant les obtiendra dans les mêmes conditions que les renseignements concernant sa propre imposition, sans tenir compte du fait que l'autre État peut ne pas avoir besoin desdits renseignements à ce moment-là.

*Article 26. Agents diplomatiques et fonctionnaires consulaires*

Les dispositions de la présente Convention ne portent nullement atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les agents diplomatiques et les fonctionnaires consulaires en vertu des règles générales du droit international ou des dispositions d'accords spéciaux.

*Article 27. Entrée en vigueur*

1. Chacun des États contractants notifie à l'autre l'accomplissement des formalités nécessaires à l'entrée en vigueur de la présente Convention selon son droit interne. La présente Convention entrera en vigueur à la date de réception de la deuxième notification.

2. Les dispositions de la présente Convention s'appliquent :

a. Au Chili :

Aux impôts sur les impôts sur le revenu et aux montants versés, transférés, portés au crédit ou sur les comptes comme des dépenses, à partir du 1er janvier de l'exercice suivant immédiatement celui où la présente Convention entre en vigueur ; et

b. Au Brésil :

i. Aux impôts retenus à la source, aux montants payés, transférés ou portés au crédit à partir du 1er janvier de l'année civile suivant immédiatement celle de l'entrée en vigueur de la présente Convention ;

ii. Aux autres impôts visés par la présente Convention concernant les revenus obtenus pendant l'exercice commençant à partir du 1er janvier de l'année civile suivant immédiatement celle pendant laquelle la Convention est entrée en vigueur.

3. L'Accord tendant à éviter la double imposition des revenus émanant des transports maritimes et aériens, conclu à Santiago les 17 et 18 juin 1976 entre le Brésil et le Chili cessera d'avoir effet à la date à laquelle la présente Convention entre en vigueur, en ce qui concerne les impôts auxquels elle s'applique, conformément au paragraphe 1 du présent Article.

*Article 28. Dénonciation*

1. Chaque État contractant peut notifier par écrit à l'autre, par la voie diplomatique, sa dénonciation de la Convention au plus tard le 30 juin de chaque année civile après la période de trois ans suivant son entrée en vigueur.

2. Dans ce cas, les dispositions de la présente Convention cessent d'avoir effet :

a. Au Chili :

Pour les impôts sur les revenus perçus et les montants payés, transférés, portés au crédit ou dans les comptes comme dépenses, à partir du 1er janvier de l'année civile qui suit immédiatement ;

b. Au Brésil :

i. En ce qui concerne les impôts retenus à la source, sur les montants payés, transférés ou portés au crédit à partir du 1er janvier de l'année civile suivant immédiatement celle pendant laquelle la dénonciation entre en vigueur ;

ii. En ce qui concerne les autres impôts couverts par la présente Convention, aux revenus perçus pendant l'exercice fiscal commençant à partir du 1er janvier de l'année civile suivant immédiatement celle de la dénonciation.

En foi de quoi les soussignés, à ce dûment autorisés, ont signé la présente Convention.

Fait à Santiago le 3 avril 2001, en double exemplaire dans les langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL  
Secrétaire aux Recettes publiques

Pour le Gouvernement de la République du Chili :

NICOLÁS EYZAGUIRRE GUZMÁN  
Ministre des Finances

PROTOCOLE À LA CONVENTION ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE DU CHILI TENDANT À ÉVITER LA DOUBLE IMPOSITION ET À PRÉVENIR L'ÉVASION FISCALE EN MATIÈRE D'IMPÔTS SUR LE REVENU

Au moment de signer la Convention entre la République fédérative du Brésil et la République du Chili tendant à éviter la double imposition en matière d'impôts sur le revenu et à prévenir l'évasion fiscale, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, sont convenus des dispositions suivantes qui font partie intégrante de ladite Convention.

I. En ce qui concerne l'Article premier

a. Toute question survenant en ce qui concerne l'interprétation ou l'application de la Convention et, notamment, la question de savoir si une mesure fiscale est incluse dans la portée de la Convention, sera résolue exclusivement conformément aux dispositions de l'Article 24 de la Convention, et

b. Les dispositions de l'Article II et de l'Article XVII de l'Accord général sur le commerce des services ne s'appliqueront pas à une mesure fiscale à moins que les autorités compétentes conviennent que ladite mesure n'est pas incluse dans la portée de l'Article 23 de la Convention.

2. En ce qui concerne l'Article 7

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'Article 7 s'appliquent aux dépenses encourues dans l'État où l'établissement stable est situé ou en tout autre endroit.

3. En ce qui concerne les paragraphes 2 et 5 de l'Article 10

Dans le cas du Chili :

a. Les dispositions des paragraphes 2 et 5 de l'Article 10 de la Convention ne limitent pas l'application de l'impôt additionnel à condition que :

i. L'impôt de première catégorie soit porté dans sa totalité au crédit de l'impôt additionnel devant être versé, et

ii. Le taux de l'impôt additionnel ne dépasse pas 42 %.

D'autre part, si l'une des conditions visées aux alinéas i) et ii) cesse de s'appliquer, les dispositions des paragraphes 2 et 5 de l'Article 10 ne limiteront pas l'imposition dans l'un ou l'autre des États contractants. Dans ce cas, les États contractants se consulteront afin de modifier la Convention en vue de rétablir l'égalité de ses bénéficiaires.

b. De même, les dispositions des paragraphes 2 et 5 de l'Article 10 de la Convention ne limitent pas l'application de l'impôt additionnel dans le cas de retraits ou de transferts de bénéficiaires ou de dividendes payés par une entreprise lorsque l'investissement fait l'objet d'un contrat d'investissements étrangers couvert par le statut relatif aux investissements étrangers (Décret-Loi 600), à condition que le montant effectif total de l'impôt sur le revenu ne dépasse pas 42 %.

4. En ce qui concerne le paragraphe 4 de l'Article I I

Les paiements effectués en tant que "rémunération sur le capital social" conformément à l'Article 9 de la Loi du Brésil No. 9,249/95 seront considérés comme intérêts aux fins du

paragraphe 3 de l'Article 11, à condition qu'ils soient déductibles en vue de déterminer le revenu de la personne morale.

5. En ce qui concerne le paragraphe 3 de l'Article 12

Les dispositions du paragraphe 3 de l'Article 12 s'appliquent aux revenus découlant de la prestation de services et d'assistance techniques.

6. En ce qui concerne l'Article 14

Si, après la date de signature de la présente Convention, le Brésil conclut avec un État tiers une convention contenant une disposition signifiant d'une certaine façon la renonciation au principe établi au paragraphe 1 (a) de l'Article 14 de la Convention s'agissant de déterminer le droit d'imposition d'un État contractant en ce qui concerne les revenus découlant de la prestation de services professionnels ou autres activités indépendantes, le principe visé au paragraphe 1 (a) de l'Article 14 de la présente Convention cessera de s'appliquer à partir de la date à laquelle la convention conclue avec ledit État tiers entre en vigueur.

7. En ce qui concerne l'Article 23

a. Les dispositions du paragraphe 5 de l'Article 10 de la Convention et du paragraphe 3 du Protocole ne sont pas considérées comme discriminatoires au sens du paragraphe 2 de l'Article 23.

b. Les dispositions de la législation des États contractants selon lesquelles les redevances, telles que définies au paragraphe 3 de l'Article 12, versées par un établissement stable dans un État contractant à un résident de l'autre État contractant exerçant des activités industrielles ou commerciales dans le premier État contractant mentionné par l'entremise d'un établissement stable, ne sont pas admises en déduction du montant du revenu imposable du dit établissement stable, ne sont pas réputées discriminatoires au sens de l'Article 23.

c. Aucun élément de l'Article 23 de la présente Convention n'affecte l'application des dispositions actuelles du paragraphe 12 de l'Article 31 de la Loi du Chili sur les revenus, même dans le cas d'une modification qui n'apporterait aucun changement à son principe général. Toutefois, le taux de 30 % visé dans ladite Loi sera remplacé par le taux de 15 % dans le cas de paiements de redevances à des bénéficiaires effectifs qui sont des résidents du Brésil.

d. Il est bien entendu que les dispositions de l'Article 23 de la présente Convention ne portent pas atteinte à l'application par un État contractant de sa législation interne en ce qui concerne la sous-capitalisation et un endettement excessif.

8. Dispositions générales

a. Les distributions provenant d'un fonds d'investissement étranger constitué ou organisé comme tel dans un État contractant sont imposables conformément à la législation du dit État contractant.

b. Étant donné que le principal objectif de la présente Convention vise à éviter la double imposition sur le plan international et à prévenir l'évasion fiscale, les États contractants conviennent que si les dispositions de la Convention sont utilisées de façon à accorder des avantages qui ne sont ni prévus ni voulus dans lesdites dispositions, les autorités compétentes des États contractants, conformément à la procédure d'accord mutuel visée à l'Article 24, recommanderont des modifications spécifiques de la Convention. En outre, les États

contractants conviennent que toute recommandation de ce genre soit considérée et examinée dans les meilleurs délais, en vue de modifier la Convention en tant que de besoin.

c. Si un impôt réel est ultérieurement appliqué dans un État contractant, les États contractants se consulteront afin de négocier les dispositions y afférentes.

En foi de quoi les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé le présent Protocole.

Fait à Santiago le 3 avril 2001, en double exemplaire, dans les langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL  
Secrétaire aux Recettes publiques

Pour le Gouvernement de la République du Chili :

NICOLÁS EYZAGUIRRE GUZMÁN  
Ministre des Finances

